

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°46/2021

11. PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE 02

1ªVIA

TERMO DE ABERTURA
ESTE VOLUME SE INICIA NA PÁGINA 1 DE 76

<u>ÍNDICE</u>	
* Capa	01
* Índice	02
* Carta proposita	03-04
* Termo de compromisso	05-09
* Contratos sociais	10-63
* Declaração de análise e viabilidade da proposta	64-70
* Atas	71-75
* Termo de encerramento	76

000002

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG.

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência n.º 46/2021-PROPOSTA COMERCIAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

O consórcio **SANTA LUZ** formado pelas empresas, FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI, Empresa LIDER, CNPJ N°00.900.846/0001-88, SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI, CNPJ N° 29.663.701/0001-92, GCE S.A, CNPJ N°05.275.229/0001-52 e RH Engenharia Ltda, CNPJ N° 04.059.159/0001-32, vimos apresentar a nossa proposta comercial

1-Atendendo à convocação do PODER CONCEDENTE, apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL para execução do objeto da LICITAÇÃO em referência.

2. Propomos, como valor de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL MÁXIMA, para execução dos SERVIÇOS da CONCESSÃO objeto da presente LICITAÇÃO conforme definidos no EDITAL e minuta do CONTRATO, o valor de R\$ 620.200,00 (seiscentos e vinte mil e duzentos reais), na data-base para recebimento dos ENVELOPES.

3. Declaramos, expressamente, que:

3.1. A presente PROPOSTA COMERCIAL é válida por 1 (um) ano, contado da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, conforme especificado no EDITAL;

3.2. Foram considerados no cálculo dos valores propostos no item 2 acima todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à execução da CONCESSÃO, conforme elementos do EDITAL e do CONTRATO;

3.3. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL em referência;

3.4. Confirmamos que temos pleno conhecimento do objeto da CONCESSÃO, bem como das condições de execução do CONTRATO.



000003



3.5. Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com o disposto no CONTRATO e diplomas legais e normativos aplicáveis; e

3.6. Cumprimos integralmente todas as obrigações e requisitos contidos no EDITAL em referência.

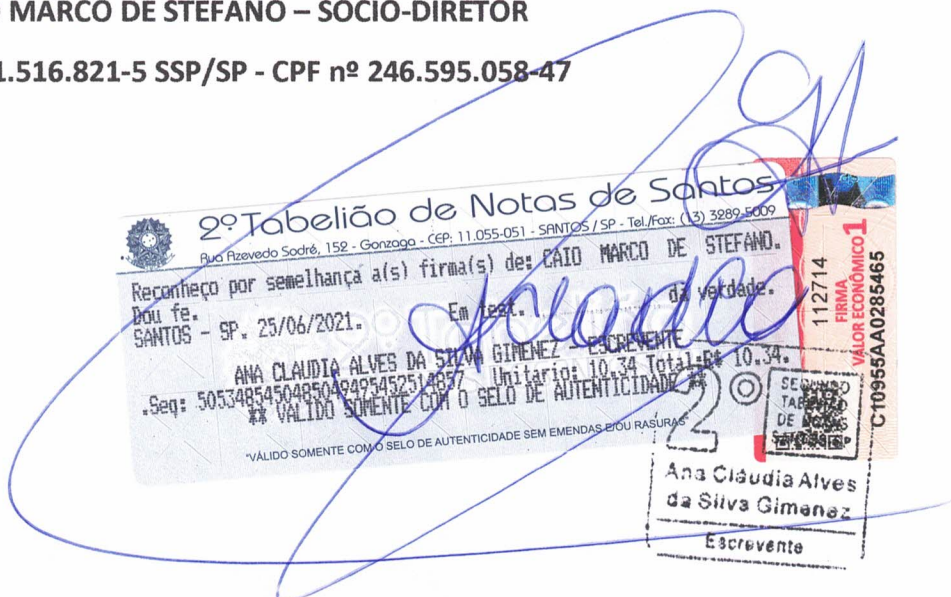
25 JUN 2021



FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.

CAIO MARCO DE STEFANO – SÓCIO-DIRETOR

RG nº 21.516.821-5 SSP/SP - CPF nº 246.595.058-47



000004

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

- a) **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Av. Angélica , nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.900.846/0001-88, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.213 421.371, em 03/08/2009 neste ato representado pelo seu Diretor Sr. Caio Marco de Stefano, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.595 058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562, apto 12, bairro do Gonzaga, Santos, CEP. 11055.000, em Santos, Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente **FORTNORT**;
- b) **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 29.663.701/0001-92, com sede na Avenida Ana Costa, 543, cj 201, no município de Santos, estado de São Paulo, representada pelo Sr. Edson Jose Lopes das Neves, brasileiro maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 072 645 SSP/SP inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF n. 003.355 048-41, residente e domiciliado Rua Prof. Roberval Froes, 34, bairro Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos, estado de São Paulo, doravante designada **SEVEN**;
- c) **GCE S.A**, pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.275.229/0001-52, com sede no SCIA Quadra 14, Conjunto 06, Lote 01, Guará, CEP: 71.250-130, Brasília, Distrito Federal, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 5330000695-4, em 10/09/2002, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Paulo Maia Koshiba, brasileiro, engenheiro, CREA 47500/D portador da Cédula de Identidade RG nº 10211266 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.516.396-00, residente e domiciliado em Brasília/DF, doravante designada simplesmente **GCE**; e
- d) **RH Engenharia Ltda** pessoa de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.059.159/0001-32, com sede ADE Conj. 10 lote 01 – Águas Claras – DF, CEP: 71.986-180, no município de Brasília, Distrito Federal, e com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 53201048969, em 12/11/2019, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Regis Honório, brasileiro, engenheiro, CREA 9509/D portador da Cédula de Identidade RG nº 2132048 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº . 530.928.051-00, residente e domiciliado em SMPW Qd. 05 Conj. 06 CH 22 lote 1 – Brasília - DF, doravante designada simplesmente **RH**

A seguir denominadas "**COMPROMISSADAS**".

CONSIDERANDO que:

1. O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA publicou o Edital de Concorrência da Comissão Permanente de Licitações de SANTA LUZIA no 46/2021, cujo objeto é " CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO,

000005

CONSÓRCIO SANTA LUZ

MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG."

2. Que existe o interesse das COMPROMISSADAS em participar da referida licitação na forma consorciada, conjugando esforços para apresentar documentos e proposta comercial em atendimento às condições estabelecidas no instrumento convocatório;
3. Que as partes, caso tenham sucesso na Concorrência Pública em tela e venham a assinar o contrato decorrente, irão executá-lo de forma conjunta, mediante a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico — SPE.

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Formação de Consórcio/SPE, na forma da legislação em vigor, no qual as CONSORCIADAS assumem o compromisso de elaborar, em conjunto, a proposta para participar da Concorrência nº 46/2021, do MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG e, caso sejam vencedoras do certame, comprometem-se a efetivamente formalizarem o Consórcio, com a constituição da futura SPE, observadas, entre outras, das condições exigidas no Edital citado e estipuladas neste documento, e mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO


1.1 O presente Termo de Compromisso tem por objetivo a apresentação conjunta de documentos e propostas técnica e comercial para participar da Concorrência nº 46/2021 e, caso sejam vencedoras do certame, comprometem-se a constituir uma Sociedade de Propósito Específico 'SPE', segundo as leis brasileiras, com sede no Município de SANTA LUZIA e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica, para executar os serviços decorrentes da respectiva concessão administrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DENOMINAÇÃO E COMPOSIÇÃO

2.1 O CONSÓRCIO não se constitui em pessoa jurídica distinta da de seus membros e não adotará denominação diferente de seus integrantes e, exclusivamente para fins de identificação, Consórcio este que girará sob a designação de CONSÓRCIO SANTA LUZ, segundo as regras, condições e disposições deste Termo

2.2 Sem prejuízo de sua responsabilidade solidária, nos termos da Lei de Licitações, no tocante ao objeto desta Licitação, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas nas propostas. (as partes participarão nos direitos e obrigações decorrentes do presente Termo, inclusive no recebimento de receitas e partilha de resultados, assim como nos custos, despesas comuns e aporte de recurso, conforme abaixo definido, sendo também está a participação de cada Consorciada no capital social da futura SPE:

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO
FORTNORT	35%
SEVEN	15%



Handwritten signatures and a stamp. The stamp is a blue ink mark, possibly a signature or a stamp, located at the bottom right of the page. Below it is the number 000006.

000006

CONSÓRCIO SANTA LUZ

GCE	25%
RH	25%
TOTAL	100%

2.3 A organização e a natureza das relações consorciais, relativas aos compromissos, obrigações e responsabilidades, privilegiarão a constituição de uma equipe integrada, constituída pelos melhores técnicos de cada uma das empresas, em suas especialidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - LIDERANÇA E REPRESENTAÇÃO

3.1 A empresa FORTNORT será a líder do CONSÓRCIO SANTA LUZ, a qual será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao Consórcio durante a Licitação até a assinatura do Contrato de Concessão.

3.2 A líder detém amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, em especial. transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação, citação e constituir os Representantes Credenciados do consórcio.

3.3 Para este fim, o Líder do Consórcio se fará representar pelo seguinte procurador, em conjunto ou isoladamente com outro (a) que as partes vierem a indicar: **Sr. Caio Marco de Stefano, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.516.821-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob 0 nº 246.595 058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luiz, 562, apto 12, bairro do Gonzaga, Santos, CEP. 11055.000, em Santos, Estado de São Paulo;** o qual tem plenos poderes de representação das COMPROMISSADAS, ativa e passivamente, inclusive podendo nomear representantes.

CLÁUSULA QUARTA – SEDE

4.1 A sede do Consórcio será localizada no mesmo endereço da empresa líder, qual seja na Av. Angélica, nº 2223, sala 612, 6º andar, Consolação, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA QUINTA - COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

5.1 As COMPROMISSADAS declaram expressamente que são responsáveis solidárias perante o poder público, pelos atos relacionados à Concorrência.

5.1.1 a responsabilidade solidaria das COMPROMISSADAS cessará:

- (i) no caso de o Consórcio ter sido vencedor, após a assinatura do CONTRATO; e
- (ii) no caso de o Consórcio não ter sido vencedor, em 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO.

5.2 As COMPROMISSADAS declaram, ainda, que são responsáveis solidariamente, perante o Poder Público, pelos atos praticados no âmbito do CONSÓRCIO ou do compromisso de sua constituição, bem como pela execução total do futuro e eventual Contrato, em todos os seus termos.

000007

5.3 Cada parte responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal, administrativa, trabalhista, previdenciária e ambiental pertinentes ao objeto da licitação, até a constituição da SPE para execução do objeto do contrato.

5.4 As partes declaram que não participarão isoladamente ou através de qualquer tipo de associação com outras empresas na Concorrência Pública nº 46/2021.

5.5 O presente instrumento obriga a todos os sucessores, a qualquer título, nos direitos e obrigações assumidas.

CLAUSULA SEXTA - PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1 O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até o resultado da licitação, caso o consórcio não seja vencedor, ou até a constituição da SPE que executará a concessão objeto da Concorrência Pública nº 046/2021, a qual guardará a mesma proporção de participação apontada neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 O CONSÓRCIO, é administrado por um Conselho, presidido pelo representante da empresa Líder e composto por 01 (um) representante de cada COMPROMISSADA, cabendo a cada COMPROMISSADA a indicação de um membro efetivo e de um suplente.

7.2 Todas as deliberações serão tomadas por consenso.

7.3 Para cada reunião do conselho será lavrada uma ata, da qual constará os assuntos abordados e as decisões tomadas.

CLÁUSULA OITAVA - CRIAÇÃO DA SPE E ORGANIZAÇÃO

8.1 As COMPROMISSADAS se obrigam, no caso da conquista do objeto da Concorrência Pública nº 046/2021 a constituir a SPE em todos os seus termos: celebrar seu Contrato Social, estatutos, regular seu funcionamento, seu Conselho de Administração, Diretoria, mecanismos e limites de atuação, aprovação financeira, remuneração, estrutura física, níveis e forma de aplicação de decisões.

8.2 Os critérios de contabilização, custos e faturamento também serão regidos pelo estatuto social da SPE, atas de assembleias e do respectivo acordo de acionistas, na forma do seu contrato social, que fará parte integrante do futuro contrato de concessão, no caso de conquista do objeto por parte do presente Consórcio.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O presente instrumento é pactuado com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade, ficando vedado às partes ceder, repassar, vender, alienar ou gravar, de qualquer forma, os direitos ou expectativas originárias do presente compromisso, bem como da futura SPE

9.2 As despesas pré-operacionais, ou seja, incorridas na elaboração das propostas, serão compartilhadas entre as partes, exceto aquelas previamente acordadas por escrito.

2º Tabelião
Notas de Santos

CONSÓRCIO SANTA LUZ

9.3 As partes se obrigam a manter confidencialidade dos documentos e de todas as informações compartilhadas, podendo utilizar tais informações como exclusiva finalidade de cumprir o objeto deste Termo de Compromisso, permanecendo válida a obrigação de sigilo pelo prazo de 15 (quinze) anos após a celebração do termo de encerramento da SPE

9.4 As Partes comprometem-se a atuar em conformidade com as leis e normas anticorrupção, antifraude e políticas de Compliance aplicáveis a cada uma das Partes, incluindo a Lei nº 12 846/13 e em observância as melhores práticas de governança de mercado (Normas de Compliance).

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1 Elegem as partes, o Foro da Comarca da Capital de São Paulo/SP para dirimir questões que decorram deste ajuste como o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Compromisso, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, estando assim justas e contratadas, firmam o presente em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

São Paulo/SP, 22 de junho de 2021

COMPROMISSADAS:

2º TABELIÃO DE NOTAS
SANTOS-SP

FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI.

Caio Marco de Stefano- Diretor

2º TABELIÃO DE NOTAS
SANTOS-SP

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

Edson José Lopes das Neves-Diretor

2º TABELIÃO DE NOTAS
SANTOS-SP

GCE S.A.

Paulo Maia Koshiba-Diretor Técnico

2º TABELIÃO DE NOTAS
SANTOS-SP

RH ENGENHARIA LTDA

Regis Honório- Diretor

20
THIAGO DE MARIA FERREIRA - FORTNORT
Escritório
Forte de Maria

THIAGO DE MARIA
Escritório
Forte de Maria

2º Tabelião de Notas de Santos
Rua Barão de São João, 152 - Gonzaga - CEP: 11.055-051 - SANTOS/SP - Tel/Fax: (13) 3680-5009
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: MARCO GERNARDI MARIANO, REGIS HONÓRIO, CAIO MARCO DE STEFANO, EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES, PAULO MAIA KOSHIBA, THIAGO DE MARIA FERREIRA, em 22/06/2021.
Em Teste da verdade.

000009



04 06 19

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI

CNPJ: 00.900.846/0001-88

NIRE: 35601448820

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

CAIO MARCO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo-SP, casado pelo regime da completa e total separação de bens, nascido aos 13 de Outubro de 1970, arquiteto inscrito no CAU/SP sob n. A-24771-5, portador da Cédula de Identidade RG n. 21.516.821-5/SSP/SP e do CPF/MF n. 246.595.058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562 - apto 12, bairro do Gonzaga, Santos - SP - CEP. 11055.000;

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada denominada **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, estabelecida com sede e domicílio na Avenida Angélica, 2223, Sala 612, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo - SP, CEP. 01227-200, inscrita no CNPJ/MF nº 00.900.846/0001-88 e Inscrição Estadual nº 142.797.219.119, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.601.448.820 em sessão de 27/10/2016 resolve proceder a presente **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** e subsequente **CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUMENTO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social que era R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), todo ele integralizado em moeda corrente nacional, **fica elevado para R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)**, com a integralização de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) da conta Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2018.

Parágrafo Único: A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social. (art. 980-A e 1.052, CC/2002).



000010



**Resolve consolidar o presente instrumento de
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
que passará a vigor com a redação a seguir transcrita.**

**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
E URBANO EIRELI**

A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada é constituída do Titular:

CAIO MARCO DE STEFANO, brasileiro, natural de São Paulo-SP, casado pelo regime da completa e total separação de bens, nascido aos 13 de Outubro de 1970, arquiteto inscrito no CAU/SP sob n. A-24771-5, portador da Cédula de Identidade RG n. 21.516.821-5/SSP/SP e do CPF/MF n. 246.595.058-47, residente e domiciliado a Av. Washington Luis, 562 - apto 12, bairro do Gonzaga, Santos - SP - CEP. 11055.000

E será regida mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO NOME EMPRESARIAL e SEDE

A empresa gira sob nome empresarial de **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI**, com sede e domicilio na Avenida Angélica, 2223, Sala 612, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo - SP, CEP. 01227-200.

Cláusula Segunda - DO PRAZO

A empresa iniciou suas atividades em 13 de Setembro de 1995 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Terceira - DA FILIAL

A EIRELI possui uma filial na Av. Potiguar s/n., Quadra 53, Lotes 18 e 19, Sala 01 - Altos - Bairro Parque dos Carajás, Parauapebas - PA - CEP - 68.515-000.

Parágrafo Primeiro: Para fins fiscais o capital social destacado da filial é R\$ 1.000.000,00, (um milhão de reais).

Parágrafo Segundo: O objeto social da filial é:

1) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria - CNAE 71120-00;



- 2) - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3) - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral - CNAE 41204-00;
- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas fluviáteis, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03.

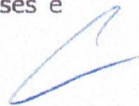
Cláusula Quarta - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é **R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)**, integralizados em moeda corrente nacional.

Parágrafo Único: A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social. (art. 980-A e 1.052, CC/2002).

Cláusula Quinta - DA ADMINISTRAÇÃO e DO PRO-LABORE

A administração da EIRELI será exercida pelo EMPRESÁRIO **CAIO MARCO DE STEFANO**, já qualificado, com amplos e ilimitados poderes de direção e representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicial perante todas as repartições e entidades públicas e privadas, sejam municipais, estaduais e federais, inclusive autarquias, sociedade economia mista, bancos, instituições financeiras e terceiros em geral, que, na qualidade de **TITULAR**, praticará todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos sociais ou à defesa dos interesses e direitos da EIRELI.



000012



Parágrafo Primeiro: O Titular declara, sob as penas da lei, nos termos do parágrafo 1º do art. 1.011 da Lei 10.406/02, que não está impedido por lei especial, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade e enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo Segundo: O TITULAR poderá delegar poderes de administração a terceiros, mediante instrumentos de delegação e/ou procuração.

Parágrafo Terceiro: O TITULAR poderá realizar a retirada de Pró-Labore, considerando os interesses da empresa e as limitações da Legislação vigente.

Parágrafo Quarto: A sociedade contratará funcionários legalmente habilitados para execução de tarefas que assim sejam determinadas em lei.

Cláusula Sexta – DO BALANÇO, LUCROS E SUA DESTINAÇÃO

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico para Apuração dos Lucros e Prejuízos, conforme art. 1.065, CC/2002.

Parágrafo Primeiro: Os lucros constatados, após as deduções legais e regulares, poderão ser distribuídos, no todo ou em parte aos sócios ou permanecerão como Saldo ou Reservas no Patrimônio Líquido, para futuras deliberações.

Parágrafo Segundo: Poderão ser efetuados levantamentos de Balanços intermediários em bases mensais ou trimestrais, a critério dos sócios, visando à distribuição de resultados, periodicamente apurados, se positivos.

Parágrafo Terceiro: Havendo prejuízos, serão estes compensados com possíveis lucros em exercícios futuros ou serão suportados pelo empresário.

Cláusula Sétima – DO OBJETO SOCIAL

A EIRELI desenvolverá o seguinte objeto social:

- 1)** - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras, relativas a engenharia de: agrimensura, agrônômica, de áudio, civil, de controle e automação, elétrica, eletromecânica, de energia, de estradas de rodagem e de ferro, de aeroportos, de portos, estrutural, hidráulica, mecânica, de recursos hídricos, rodoviária, sanitária, de segurança, de transportes, de avaliações e perícias, incluindo consultorias e assessoria – CNAE 71120-00;
- 2)** - Prestação de serviços na elaboração de projetos, na implantação, na construção e execução de obras de Arquitetura e Urbanismo, incluindo consultoria e assessoria - CNAE 71111-00;
- 3)** - Planejamento e elaboração de projetos, execução de obras e construções em geral – CNAE 41204-00;



- 4) - Limpeza, higienização, desobstrução, manutenção e varrição de vias e logradouros públicos, rodovias, galerias de águas pluviais, bocas de lobo, ramais de ligação, caixas d'água, caixas de gordura, valas, canais, bueiros, córregos, parques, áreas verdes e edificações públicas e privadas - CNAE 81214-00;
- 5) - Comercialização, implantação e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos para controle de acesso, estacionamento, pedágios e sistemas de apoio - CNAE 74901-04;
- 6) - Execução de terraplanagem, recapeamento, pavimentação, obras de saneamento e obras complementares - CNAE 42111-01;
- 7) - Prestação de serviço de ajardinamento, plantio, capinação, poda de árvore e correlato - CNAE 81303-00;
- 8) - Planejamento, elaboração de projetos, montagem, instalação e manutenção industrial e mecânica - CNAE 42995-01;
- 9) - Planejamento e elaboração de projetos referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, equipamentos, materiais elétricos, sistemas de medições e controle elétricos, seus serviços afins e correlatos - CNAE 42138-00;
- 10) - Execução de serviços com fornecimento de mão de obra temporária, equipamentos e insumos, bem como locação de mão de obra temporária - CNAE 78205-00;
- 11) - Prestação de serviços de caráter administrativo e técnico à empresas e órgãos públicos e privados - CNAE 82113-00;
- 12) - Comércio e indústria de materiais e equipamentos em geral - CNAE 46699-99;
- 13) - Locação de materiais, equipamentos, máquinas e veículos em geral - CNAE 77322-01;
- 14) - Coleta, transporte, transbordo, reciclagem, tratamento, incineração, beneficiamento e destinação final de lixo urbano, industrial, hospitalar e ambulatorial - CNAE 38114-00;
- 15) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de aterro sanitário - CNAE 38211-00;
- 16) - Planejamento e elaboração de projeto, construção, implantação, operação e manutenção de usina de lixo - CNAE 38394-99;
- 17) - Compra, venda, locação, incorporação bens imóveis urbanos e rurais; CNAE 41107-00;
- 18) - Transporte rodoviário de produtos perigosos - CNAE 49302-03;
- 19) - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos - CNAE 43291-04 e
- 20) - Instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de sistemas de eletricidade, de instalações telefônicas e de comunicações, redes de informática, sistemas de iluminação e similares - CNAE 43215-00.
- 21) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros dentro do município - 4921-3/01;
- 22) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros dentre municípios, de uma mesma região metropolitana - 4921-3/02;
- 23) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros intermunicipal, fora de região metropolitana - 4922-1/01;
- 24) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, interestadual - 4922-1/02;
- 25) - Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito municipal - 4929-9/01;
- 26) Transporte rodoviário urbano coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito intermunicipal, fora da região metropolitana, interestadual e internacional - 4929-9/02 e
- 27) Coleta de lixo manual e mecanizada de vias e logradouros públicos e privados com transportes de resíduos industriais, comerciais, hospitalares e domésticos - 38122/00.



000014



Cláusula Oitava – DAS DELIBERAÇÕES

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas e designará(ão) administrador(es) quando for o caso. (arts. 980A § 6º, 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Cláusula Nona – DO FALECIMENTO

A morte do empresário não dissolve a EIRELI. Essa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula Décima – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A EIRELI será dissolvida de pleno direito e liquidada, nas hipóteses de:

- a) Anulada a sua constituição;
- b) Exaurida o fim social, ou verificada a sua inexistência;
- c) Decisão do empresário;
- d) Determinação judicial.

Parágrafo Único - Em todas hipóteses de dissolução, o empresário deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1.102 e seguintes da Lei 10.406/02, arbitrando os seus honorários e fixando data para o respectivo encerramento.

Cláusula Décima Primeira – TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A EIRELI, por deliberação do empresário, poderá:

- a) Transformar-se em outra natureza jurídica;
- b) Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) Fundir-se com outra sociedade;
- d) Cindir-se total ou parcialmente;
- e) Extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio da sociedade cindida.

Cláusula Décima Segunda – DECLARAÇÃO

O titular declara, sob as penas da lei, que não possui nenhuma outra empresa registrada na modalidade de **EIRELI**.



Cláusula Décima Terceira – DO DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quarta – DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei 10.406/2002) e outros dispositivos legais aplicáveis.

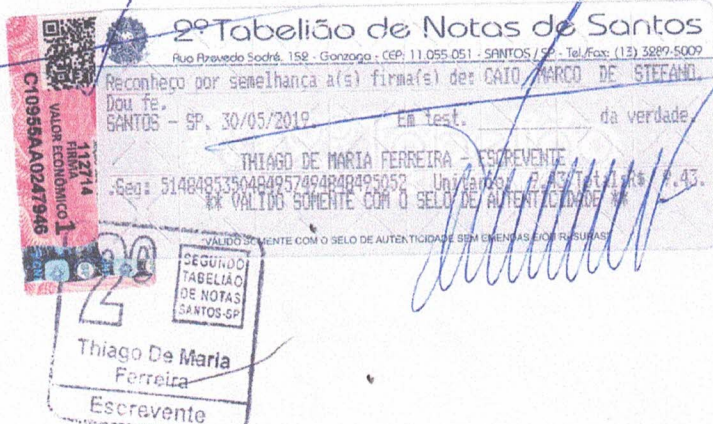
Cláusula Décima Quinta – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo-SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

O presente instrumento de **Alteração de EIRELI e subsequente CONSOLIDAÇÃO**, será assinado em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Campinas, 02 de Maio de 2019.

CAIO MARCO DE STEFANO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO
PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/06/2021 15:20:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 136501609206000126328-1 a 136501609206000126328-7

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b73e6218aaf567efd94638bb2ca3c0e31d388714f97021bc3dce211d584fce8482d4942a63547e72867ab62698454ca9b0631ba089fcd29d70c2e3d2ae75f7cc9



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000017



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35601448820	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 27/10/2016	INÍCIO DAS ATIVIDADES 13/09/1995	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI						TIPO JURÍDICO EIRELI	
C.N.P.J. 00.900.846/0001-88		ENDEREÇO AVENIDA ANGELICA		NÚMERO 2223	COMPLEMENTO SALA 612		
BAIRRO CONSOLACAO		MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 01227-200	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 25.000.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE ENGENHARIA ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME CAIO MARCO DE STEFANO					
ENDEREÇO AVENIDA WASHINGTON LUIS			NÚMERO 562	COMPLEMENTO APTO 12	
BAIRRO GONZAGA		MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11055-000	RG 215168215
CPF 246.595.058-47	CARGO TITULAR E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS

FILIAIS					
NIRE 15999017996		CNPJ			
ENDEREÇO AV. POTIGUAR			NÚMERO S/N.	COMPLEMENTO QD 53, LT 18/	
BAIRRO PARQUE DOS CARAJAS		MUNICÍPIO PARAUAPEBAS			UF PA
					CEP 68515-000

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 04/05/2021	NÚMERO 176.942/21-0	

ARQUIVAMENTO DE BALANÇO REFERENTE O PERÍODO DE 01/01/2020 À 31/12/2020 .

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35601448820
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 07/06/2021



documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 153217056, segunda-feira, 7 de junho de 2021 às 10:01:45.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU/BR
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

NOME
CAIO MARCO DE STEFANO *

SEXO
MASCULINO

NATURALIDADE
SÃO PAULO/SP

DATA DE NASCIMENTO
13/10/1970

ASSINATURA

ARQUITETO E URBANISTA

REGISTRO CAU Nº
A24771-5

CARTEIRA DE IDENTIDADE COM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIDADE-RG
21.516.821-5 SSP/SP

CPF
246.595.058-47

OBSERVAÇÕES
NÃO DOADOR DE ÓRGÃOS
E TECIDOS

FILIAÇÃO
MARCO ANTONIO DE
STEFANO
ZULEMA ANACLETO DE
STEFANO

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
PRESIDENTE DO CAU/BR

EXPEDIÇÃO - CAU/BR
21/05/2014

ANO DE FORMATURA
1996

TIPO SANGUÍNEO
NÃO INFORMADO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI 12.378, DE 31/12/2010.

000020



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 136502409202851152162-1
Data: 24/09/2020 16:25:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKM18933-PMNB;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válder Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/06/2021 15:43:30 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 136502409202851152162-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b73e6218aaf567efd94638bb2ca3c0e31d360355a8763cc60c7e08e7f285e665476408492c24ac0432fd3cae2419175860
631ba089fcd29d70c2e3d2ae75f7cc9



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000021

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, resolve, com fundamento no artigo 980 – A da Lei nº 10.406/2002, constituir uma **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, de natureza empresaria, a qual se regerá pelas clausulas e condições seguintes, observando as omissões, e regras previstas para a sociedade limitada.

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa girará sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa terá como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa terá como objetivo: A representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, instalação, manutenção e reparação de iluminação pública em vias urbanas, rurais, aeroportos, portos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

~~**CLAUSULA 4º** O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.~~

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5º O capital é de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A reponsabilidade do Titular é limitada á importância total do capital integralizado.

DO EXERCICIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUIZOS.

CLAUSULA 6º O exercicio coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuizos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO IMPEDIMENTO


CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.



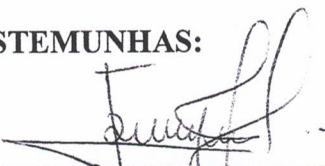
E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.


Santos, 08 de novembro de 2017.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES


HUMBERTO LUIZ TEXEIRA
OAB / SP Nº 157.875

TESTEMUNHAS:

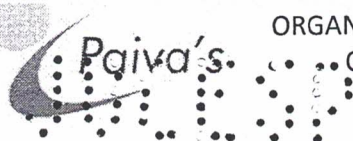

ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do n.
dout. 112714
Santos, 23 JUN. 2021

☒ Jose Henrique do Nascimento
☒ Ana Claudia Alves da Silva
☒ Thiago de Maria Ferreira
☒ Adriana Magalhães Gonçalves
☒ Tatiane Alves Moura





Santos, 23 JUN. 2021

☒ José Henrique do Nascimento
☒ Ana Claudia Alves de S.
☒ Thiago de Maria F.
☒ Adriana Magalhães
☒ Edson José Lopes das Neves

AUTENTICAÇÃO
AU0955AB08436

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI

NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresarial, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o objeto da empresa para: **a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.



ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL E PATRIMÔNIO DE EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009

Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do
dou fe.

Santos, 23 JUN. 2011

☒ José Henrique do Nascimento - Escritor
☒ Ana Claudia Alves da Silva - Escritor
☒ Thiago de Maria Ferreira - Escritor
☒ Adriana Magalhães Gonçalves - Escritor
☒ Tetene Alves Moura - Escritor



CLÁUSULA 4ª O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª O capital é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada á importância total do capital integralizado.

DO EXERCICIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUIZOS.

CLAUSULA 6ª O exercicio coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuizos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

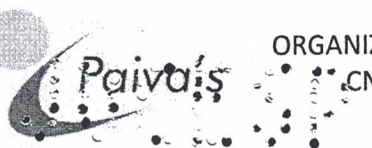
DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Edson
[Signature]
000076

**DO IMPEDIMENTO**

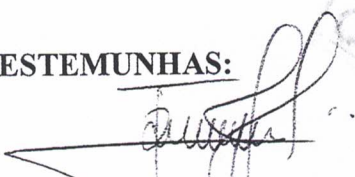
CLAUSULA 10º O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.


E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 22 de fevereiro de 2018.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

**TESTEMUNHAS:**


ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39



01 02 19
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI
NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5000
Autentico a presente cópia reprografiada
conforme o original a mim apresentado,
doutor fe.
Santos, 25 JUN 2019

☐ Jose Henrique do N. ...
☐ Ana Claudia Alv. ...
☐ Thiana de M. ...
☐ Adilson ...
☐ Tatiane Alves ...

Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresarial, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o capital da empresa de R\$100.000,00 (cem mil reais), para R\$700.000,00 (setecentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

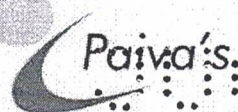
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

CLÁUSULA 4º O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**DO CAPITAL SOCIAL**

01 02 19

CLÁUSULA 5ª O capital é de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada á importância total do capital integralizado.

DO EXERCICIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUIZOS.

CLAUSULA 6ª O exercicio coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuizos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Handwritten signature and initials.

000029

DO IMPEDIMENTO

01 02 19

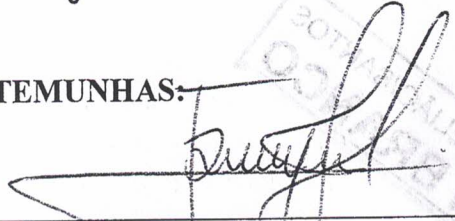
CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.


E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 22 de janeiro de 2019.


EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

TESTEMUNHAS:


ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71


WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

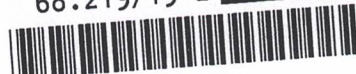
2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152.
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente copia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
dou fe.
Santos, 23 JUN. 2021

☒ Jose Henrique do Nascimento
☒ Ana Claudia Alves
☒ Thiago de M. Almeida
☒ Adriano de M. Almeida
☒ Tatiane Alves



JUCESP
01 FEV 2019
SEDE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
FLÁVIA H. ERITTO CORREIA
SECRETARIA GERAL

68.219/19-2





ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PAIVA LTDA
CNPJ. 02.578.050/0001-86

04 02 20

**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**

SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI
NIRE nº 35602132281 CNPJ nº 29.663.701/0001-92

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia fotográfica,
conforme o original a mim apresentado, do que
dout fe.
Santos, 23 JUN. 2021

☒ José Henrique do Nascimento
☒ Maria da Glória da Silva
☒ Thiago de Mello Pereira
☒ Adriane Magalhães Gonçalves
☒ Tatiane Alves Moura



Pelo presente instrumento particular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES**, brasileiro, maior, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.072.645-5 SSP/SP e inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas CPF nº 003.355.048-41, residente e domiciliado a Rua Prof. Roberval Froes, 34 – Jardim Esplanada, CEP 12242.460, São José dos Campos/SP, titular da **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**, de natureza empresarial, devidamente inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas CNPJ nº 29.663.701/0001-92 e registrada na JUCESP sob o NIRE nº 35602132281 em sessão realizada em 09/02/2018, com sede a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, resolve, na melhor forma de direito, alterar o contrato da empresa individual de responsabilidade limitada, que se regerá conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O titular neste ato resolve alterar o capital da empresa de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

CLAUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO

Face à alteração o titular resolve consolidar o Contrato Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIAL E DURAÇÃO

CLAUSULA 1º A empresa gira sob o nome empresarial de **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA EIRELI**.

CLAUSULA 2º A empresa tem como sede e domicílio a **Avenida Ana Costa, 543 APTO 201, CEP 11060-003, Gonzaga – Santos – SP**, podendo, podendo abrir e extinguir filiais, agências, escritórios, representações, sucursais ou nomear representantes em qualquer localidade do País ou Exterior.

CLAUSULA 3º A empresa tem como objetivo: a representação e comércio de lâmpadas, materiais e equipamentos elétricos, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, urbanas, rurais, portos, aeroportos, atividades de gestão e consultoria empresarial e obras e gestão de projetos de engenharia.

CLÁUSULA 4º O seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Rua Paraúna, 73 – Vila Barros – Guarulhos – SP- CEP 07193-050.
Tel:(11)2402-9925 / 2279-1070
E-mail: paiva@paiva.com.br

Assinatura

000031

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª O capital é de \$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: A responsabilidade do Titular é limitada a importância total do capital integralizado.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E PREJUÍZOS.

CLAUSULA 6ª O exercício coincidirá com o ano civil. Anualmente, em 31 de dezembro, será elaborado um balanço geral para a apuração de lucros e prejuízos.

PARAGRAFO UNICO: A distribuição dos lucros apurados pela empresa poderá ser feita trimestral, semestral ou anualmente, desde que devidamente aprovada.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLAUSULA 7ª A administração da empresa será exercida pelo sua titular **EDSON JOSE LOPES DAS NEVES** a quem caberá à representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

PARAGRAFO UNICO: O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA 8ª O administrador declara, sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DAS DIVERGENCIAS E CASOS OMISSOS

CLAUSULA 9ª Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelos dispositivos legais constantes no Código Civil, aplicáveis simples, e supletivamente, a Lei das Sociedades Anônimas, ficando desde logo eleito o foro da Comarca de Santos do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou ações com fundamento no presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



000032

DO IMPEDIMENTO

CLAUSULA 10ª O titular declara, sob as penas da Lei não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

E por estar certo e acordado o titular assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, e será levado o registro, nos termos do artigo. 1150 da Lei 10.406/02.

Santos, 30 de janeiro de 2020.

EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

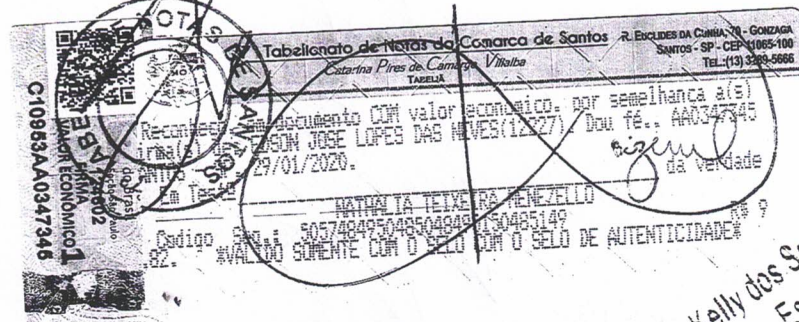
TESTEMUNHAS:

ELAINE DAINEZ PAIVA
RG.25.040.073-X SSP/SP
CPF 153.187.868-71

WALDINER GOMES DE OLIVEIRA
RG. 44.779.256-8 SSP/SP
CPF 358.898.798.39

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográica,
conforme o original a mim apresentado, do que
douto fê.
Santos, 23 JUN. 2021
Válido somente
com o selo de
Autenticidade
Flaut. R\$ 1,52

☐ Jose Henrique do Nascimento
☐ Ana Claudio Alves da Silva
☐ Thiago de Maria Ferreira
☐ Adriana Macedo
☐ Tereza





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35602132281		09/02/2018	31/01/2018	PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELETRICA EIRELI						EIRELI (E.P.P.)	
C.N.P.J.	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
29.663.701/0001-92	AVENIDA ANA COSTA			543	APTO 201		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
GONZAGA	SANTOS		SP	11060-003	R\$	1.600.000,00	

OBJETO SOCIAL
REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FERRAGENS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR E ADMINISTRADOR					
NOME					
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA PROFESSOR ROBERVAL FROES			34		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG
JARDIM ESPLANADA	SAO JOSE DOS CAMPOS		SP	12242-460	90726455
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
003.355.048-41	TITULAR E ADMINISTRADOR				

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
04/02/2020	065.853/20-9	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 1.600.000,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS MIL REAIS).		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35602132281
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/05/2021

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CREA-SP
Registro Crea Nº
0600940827

Nome
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

Data do Registro no Crea-SP
27/03/2008

Título Profissional
ENGENHEIRO ELETRICISTA

Jose Wagner
Presidente do Crea-SP

Registro Nacional
2601644733
Data de Emissão
13/10/2010

Presidente do Crea-SP

Vale como Documento de Identidade em todo o território nacional, conforme o § 2º do art. 56 da Lei nº 5.194/1966 e Lei nº 2.208/2013.

CÓPIA COLORIDA

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CREA-SP
Crea de Registro

Nome
EDSON JOSE LOPES DAS NEVES

Filiação
**ALMERINDA BAPTISTA LOPES NEVES
JOSE DAS NEVES**

Nascimento CPF Doc. de Identidade
02/01/1958 003.355.048-41 9.072.645-5 SSP SP

Naturalidade
Santos SP

Tipo Sang. Título de Eleitor
1064 9098 0124

Nacionalidade
BRASILEIRA

PIS/ PASEP

Edson
Assinatura do Profissional

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - Fone: (13) 3289-5009
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme o original a mim apresentado, do qual
deu fé.
Santos, 23 JUN. 2021

Vale a presente
com o tipo de
Autenticação
Plaut. R\$ 2,32

• Tabelão
Jose Henrique do Nascimento - Escrivão
Ana Claudia Alves da Silva - Escrivão
Escritório
Escritório
Escritório

112714
AUTENTICAÇÃO
AU0955AB0848925

000036



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

53300006954

2054

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: GCE S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DFE1900218209

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO ATO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA

Local

27 Dezembro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

000037



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/199.892-3	DFE1900218209	27/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA

VENTVRIS VENTIS

Página 1 de 1

000038

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano de 2019, às 10:00 horas, no endereço sede da empresa situada em no SCIA – Quadra 14, Conjunto 06, Lote 01 – Guará. Brasília/DF – CEP 71.250-130, reuniram-se os Diretores em exercício e a totalidade dos Acionistas que representam 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro de “Presença dos Acionistas” com objetivo comum de realização da Assembleia Geral Extraordinária em cumprimento a legislação legal vigente, dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no parágrafo 4º. do art. 124 da Lei nº. 6.404/76. A composição da mesa foi assim definida: Sr. **Paulo Maia Koshiba** - Presidente, e Sr. **Marcos de Oliveira** - Secretário. Constituída a Mesa, o Senhor Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, que resultou nas seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

- A). Alteração do prazo de mandato dos Diretores da Sociedade para três anos, com a consequente alteração do artigo 8º;
 - B). Reelection do mandato da atual Diretoria por **três anos**; iniciando em 08 de janeiro de 2020 com termino em 07 de janeiro de 2023;
 - C). Dar posse a Diretoria estatutária reeleita;
 - D). Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas;
1. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia. Feitas as considerações necessárias, os acionistas tomaram as seguintes deliberações:

- A). Aprovar alteração do prazo de mandato dos Diretores da Sociedade para três anos, com a consequente alteração do artigo 8º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **“ARTIGO 8º- O Prazo de mandato dos Diretores é de três anos, permitida a reeleição. Os diretores serão empossados mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus substitutos ou sucessores;**

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

000039



B). Aprovar a Reeleição do mandato da atual Diretoria por **três anos**; iniciando em 08 de janeiro de 2020 com termino em 07 de janeiro de 2023;

C). Dar posse a Diretoria estatutária reeleita; sendo a Diretoria composta pelos seguintes senhores: **Diretor Administrativo: Marcos de Oliveira**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador, residente e domiciliado em Brasília/DF, no CLSW 104, Bloco C, apto. 142 – Setor Sudoeste – CEP: 70670-533, portador da cédula de identidade M-12.20077 SSP/MG e inscrito no CPF: 323.261.146-04 e **Diretor Técnico: Paulo Maia Koshiba**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, residente e domiciliado em Brasília/DF, na Quadra 103, Lote 10, Bloco B, Apartamento 612 – Aguas Claras/DF – CEP: 71909-00, portador da Cédula de Identidade nº. 10.213.266 SSP/SP, CREA MG0000047.500/D e inscrito no CPF/MF sob o nº 248.516.396-00, Os Dirigentes, ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

D). Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a vigorar na forma do Anexo I a presente ata.

2. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA: Por fim, os presentes autorizaram a administração da Companhia a publicar a presente ata em forma sumária, com a omissão das assinaturas das acionistas, e a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas.

Dando prosseguimento para o encerramento dos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou que procedesse a leitura de ratificação do Estatuto Social da empresa, que vai aqui lido, transcrito e aprovado por todos

ANEXO I ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE

ESTATUTO SOCIAL DA G.C.E S/A

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - Sob a denominação G.C.E S/A encontra-se constituída uma sociedade por ações, que se rege pelo disposto nestes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.



Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço à "SCIA – Quadra 14 – Conj. 06 - Lote 01 – Cidade do Automóvel - Guará – Brasília – DF – Cep 71.250-130" podendo abrir, manter ou encerrar filiais em todo o território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto social: Gestão e administração da propriedade imobiliária; a compra, venda e locação de imóveis, a locação de veículos, locação de mão de obra, locação de máquinas e equipamentos; Engenharia em geral, abrangendo o ramo de Engenharia Elétrica, compreendendo; projetos, estudos, cálculos, execução de obras, referentes a geração, transmissão e distribuição de energia ELETTRICA, HIDRÁULICA, TÉRMICA, NUCLEAR, EÓLICA, SOLAR; Construção, montagem, implantação, extensão, operação, Eficientização e cadastro georeferenciado de sistema de iluminação, manutenção preventiva e corretiva; de redes de distribuição, linhas de transmissão e subestações, de rede de iluminação, com todos os sistemas de controle, sensores, acionadores, luminárias, cabos e afins; Execução, implantação e operação de Centro de Controle Operacional para gerenciamento remoto de sistema de iluminação, telegestão ou similar em vias públicas e/ou privadas; fabricação e instalação de células fotovoltaicas; Serviços correlatos, inspeções aéreas, terrestre e/ou subterrâneas em instalações do sistema elétrico de geração e transmissão de energia. Bem como o ramo de Engenharia Civil, compreendendo o planejamento, elaboração e execução de projetos de obras e serviços, incorporação, administração e empreitadas; Obras de alvenaria, construção de pontes, pavimentações, barragens, estradas, ruas, redes de água e esgoto; gerenciamento de obras, inclusive com prestação de serviços para terceiros; construção de vias ferroviárias e metroviárias; instalações elétricas; telefonia; hidro sanitária, ar condicionado; centrais e distribuição de gás liquefeito (GLP); ar comprimido; CO²; Incêndio; automação predial; rede estruturada de lógica e dados; obras de restauração; restauração de obras de arte, restauração e conservação de lugares e prédios históricos e gestão de instalações de esportes; serviços de cartografia, topografia e geodesia, serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia. Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho; desenvolvimento de projetos; sistema de impermeabilização; tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração, obras de instalações em construções, serviços de pintura de edifícios em geral; arquitetura e construção hospitalar; recuperação e proteção de estruturas de concreto; obras de contenção e drenagem; construção de poços artesianos; construção de estação de tratamento de água e esgoto; recuperação ambiental e paisagística; montagem e manutenção de equipamentos hidráulicos; construção de obras industriais; datacenters; projetos de desenvolvimento tecnológico e de informática (hardwares e softwares), a atividade de tele atendimento (call center); e serviços correlatos; prestação de serviços gerais de limpeza e coleta de lixo de qualquer natureza; limpeza pública; coleta de lixo inclusive predial; Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (lixo); destinação final e transformação de lixo em energia renováveis; Conservação de parques e jardins; coleta manual e mecanizada; coleta destinação e tratamento de resíduos sólidos domiciliares (lixo domiciliar); coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos hospitalares (lixo hospitalar); coleta seletiva; implantação, operação e manutenção de aterros sanitários; implantação e operação de usina de reciclagem e compostagem; implantação e operação de usina geradora de eletricidade através de resíduos sólidos urbanos; varrição e conservação de logradouros públicos; capina manual, mecanizada e química;

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

000041



Parágrafo Único: A sociedade poderá manter participações em outras empresas, mesmo estranhas ao seu objeto, e praticar todos os atos que atendam seu objetivo social.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital da sociedade é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), divididos em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado;

Artigo 6º - Os acionistas que pretenderem alienar suas ações, no todo ou em parte, deverão ofertar primeiramente aos demais acionistas por escrito e mediante protocolo, especificando os termos e condições de venda e o nome do interessado na aquisição dessas ações, ainda que já seja acionista da sociedade, assegurando aos demais acionistas preferência para compra em idênticas ou melhores condições. Na hipótese da inexistência de terceiro interessado ou de outro acionista que opte pela aquisição, as ações poderão ser vendidas à própria sociedade, que as manterá em tesouraria.

Parágrafo Primeiro – O direito de preferência mencionado na presente cláusula deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação escrita; não havendo manifestação de interessados poderão as ações serem alienadas a terceiros.

Parágrafo segundo – as ações da companhia são indivisíveis em relação à sociedade, admitido, entretanto a formação de condomínio de ações na forma da lei.

Parágrafo Terceiro – a admissão de novos acionistas, seja pela subscrição de novas ações, seja pela cessão a qualquer título, dependerá sempre da aprovação da Assembleia, que poderá ser convocada especialmente para este fim;

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por dois diretores, que receberão a denominação de Diretor Administrativo e Diretor Técnico que responderão pela administração da companhia.

Artigo 8º - O Prazo de mandato dos Diretores é de três anos, permitida a reeleição. Os diretores serão empossados mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus substitutos ou sucessores.

Parágrafo Único: Na eleição da Diretoria serão atendidos os requisitos e respeitados os impedimentos legais.

Artigo 9º - A Assembleia Geral Ordinária fixará anualmente a remuneração dos Diretores.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

000042



Artigo 10º - A Diretoria é investida de todos os poderes necessários à realização dos objetivos sociais, com amplos poderes de administração, podendo praticar todos e quaisquer atos de gestão consoante aos fins da sociedade, exceto os que, por determinação legal ou deste Estatuto, constituam atribuição da Assembleia Geral.

Artigo 11º - Dentre os poderes de gestão dos diretores ficam condicionados à aprovação expressa da Assembleia os seguintes atos:

- a) A alienação de bens imóveis, máquinas, veículos e equipamentos;
- b) A contratação de empréstimos e financiamentos de qualquer natureza e a outorga de avais ou garantias em favor de terceiros;
- c) A aquisição e alienação, a qualquer título, de participação em outras sociedades;
- d) O endosso de títulos a terceiras pessoas ou empresas, exceto instituições financeiras e bancárias;

Artigo 12º - No caso de vaga ou inadimplemento de qualquer membro da Diretoria, o substituto será indicado pela Assembleia Geral.

Artigo 13º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por um dos Diretores e a Assembleia quando convocada por um deles ou por qualquer dos acionistas.

Artigo 14º - Considerar-se-á representada a sociedade pela assinatura isoladamente dos Diretores, ou de procurador legalmente constituído.

Artigo 15º - As movimentações bancárias, de qualquer ordem, espécie e valor, praticadas em nome da sociedade, poderão ser outorgadas com assinatura isolada de qualquer dos diretores, não se sujeitando a prazos de validade.

Artigo 16º - As procurações para negócios em geral serão sempre outorgadas em nome da sociedade por qualquer dos diretores de forma isolada, devendo especificar os poderes conferidos e o prazo de validade, que não poderá exceder a doze meses.

Parágrafo Único – As procurações para fins judiciais com poderes *ad judicium* poderão ser outorgadas com assinatura isolada de qualquer dos diretores, não se sujeitando a prazos de validade.

Artigo 17º - São expressamente vedados, sendo ineficazes em relação à sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que envolver em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como, fianças, avais ou outras garantias em favor de terceiros.

CAPÍTULO IV – DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 18º - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do ano social e as extraordinárias sempre que houver necessidade;

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

000043



Parágrafo Único: observadas as exceções determinadas em Lei e neste Estatuto Social, as deliberações dos acionistas, reuniões em assembleia geral, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, sendo que cada acionista terá direito a um voto por ação que for de sua propriedade, conforme legislação.

Artigo 19º - As Assembleias Gerais serão presididas por um acionista escolhido por maior número de votos dos presentes. Ao presidente da Assembleia cabe a escolha do Secretário.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL, DELIBERATIVO E CONSULTIVO

Artigo 20º - O Conselho Fiscal da sociedade, que será integrado por 03 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente, a ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Artigo 21º - O Conselho deliberativo e Consultivo será formado por dois ou mais Conselheiros que terão mandato por 02 (dois) anos, permitida a recondução, cuja função será a de assessorar a Diretoria assim como o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral sempre que solicitado, em assuntos ou negócios específicos.

- Os Conselheiros serão de livre nomeação da Assembleia Geral, a quem caberá também estabelecer a respectiva remuneração, a demissão "ad nutum" ou sua substituição.

CAPÍTULO VI – DO ANO CIVIL, BALANÇO E OS LUCROS

Artigo 22º - O ano social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23º - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Artigo 24º - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento; **Parágrafo único:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) cotas destinadas a constituição de reserva legal; b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

Artigo 25º - A companhia poderá emitir debêntures e partes beneficiária em conformidade com a legislação em vigor.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

003044



CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 26º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo a assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

Artigo 27º - Nos casos omissos nesse Estatuto, ou duvidosos, convocará uma Assembleia Geral para dirimir as dúvidas, e/ou aplicar-se-ão as disposições legais.

Aprovado por unanimidade, sem ressalvas e nada mais havendo para ser tratado e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, o Presidente da mesa declarou suspenso os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em meio magnético e posterior anexação ao livro próprio. Reaberta a sessão, foi a mesma lida, conferida, aprovada e por todos os presentes assinada, em via única, junto com o aval jurídico e duas testemunhas, para os devidos efeitos.

Brasília, 19 de dezembro de 2019

Paulo Maia Koshiba
Presidente

Marcos de Oliveira
secretario

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da GCE S. A., realizada em 19 de dezembro de 2019, às 10:00.

000045



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/199.892-3	DFE1900218209	27/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
323.261.146-04	MARCOS DE OLIVEIRA
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA

Página 1 de 1

000046



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

pág. 10/12



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GCE S/A, de NIRE 5330000695-4 e protocolado sob o número 19/199.892-3 em 27/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1344798, em 27/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Willian Jonathan Alves De Alencar.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
248.516.396-00	PAULO MAIA KOSHIBA
323.261.146-04	MARCOS DE OLIVEIRA

Brasília. Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2019

000047



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
056.906.321-39	WILLIAN JONATHAN ALVES DE ALENCAR
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. Sexta-feira, 27 de Dezembro de 2019

000048

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1344798 em 27/12/2019 da Empresa GCE S/A, Nire 53300006954 e protocolo DFE1900218209 - 27/12/2019. Autenticação: 57E0DF9A8D916C4B4D1464B9F6D794873867257. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/199.892-3 e o código de segurança WewC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

DF

NOME
PAULO MAIA KOSHIBA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
10213266 SSP SP

CPF
248.516.396-00

DATA NASCIMENTO
20/07/1958

FILIAÇÃO
KOSHIBA TOSHIRO
YOLANDA MAIA KOSHIBA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00581070878

VALIDADE
03/05/2024

1ª HABILITAÇÃO
26/08/1994

OSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO
14/05/2019

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

ASSINATURA DO EMISSOR

66163672099
DP758823533

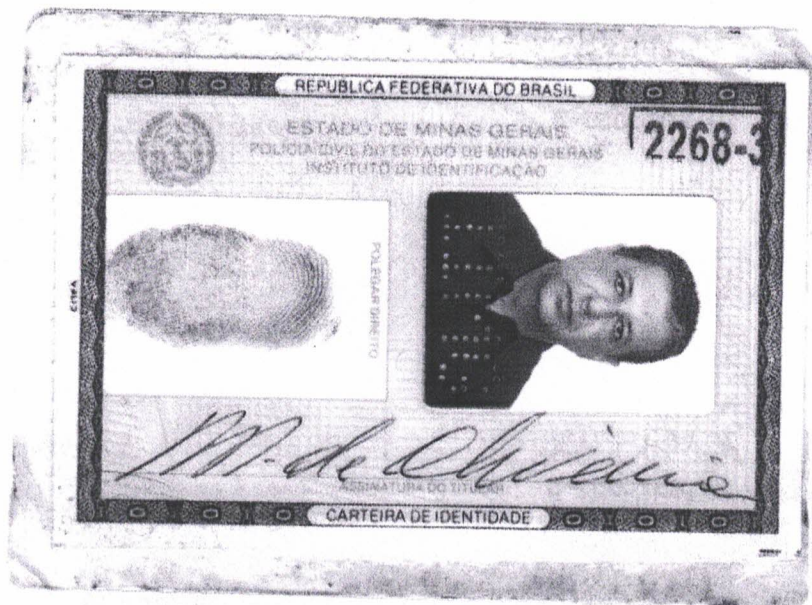
DISTRITO FEDERAL

CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1818354946

PROIBIDO PLASTIFICAR
1818354946

000049



VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-1.220.077 DATA DE 07/10/2013

NOME
MARCOS DE OLIVEIRA

RELACAO
MOZART JOAQUIM DE OLIVEIRA
MARIA ABADIA CURI DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
UBERABA-MG DATA DE NASCIMENTO 3/2/1956

END. RESID. CAS. LV-17 FL-3


END. TRABALHO CONQUISTA-MG

CPF 323261146-04

PII-2268 LETICIA ALESSI MACHADO ROGEDO ASSINATURA DO DIRETOR 2.VIA

LEI N° 116 DE 29/08/83


000050

 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
53201048969		2062			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: **RH ENGENHARIA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFE1900185477

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002		ALTERACAO
	026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
	051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

BRASILIA
Local

11 Novembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____

Data
Responsável

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ _____

Data
Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐
3ª Exigência
☐
4ª Exigência
☐
5ª Exigência
☐

____/____/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
☐
3ª Exigência
☐
4ª Exigência
☐
5ª Exigência
☐

____/____/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/183.171-9	DFE1900185477	11/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO

VENTVRIS VENTIS

Página 1 de 1

000052



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/11

RH ENGENHARIA LTDA 17º ALTERAÇÃO CONTRATUAL

REGIS HONÓRIO, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, nascido em 06 de julho de 1972, natural de Pires do Rio – GO, portador da carteira de identidade nº 9.509, expedida pelo CREA-DF, em 22.04.1997 e CPF sob nº 530.928.051-00, residente e domiciliado no SMPW Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.:72.110-800, e

SILVANA MOREIRA, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, farmacêutica, nascida em 14 de março de 1972, natural de Muzambinho-MG, portadora de identidade nº.2.153.238, expedida pela SSP-DF, em 04.05.1999, CPF sob. nº. 928.824.806-44, residente e domiciliada no SMPW, Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.: 72.110-800, únicos sócios da sociedade. **RH ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº. 53201048969, por despacho em 21.09.2000, e sua Filial 01 estabelecida na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, inscrita no CNPJ sob nº 04.059.159/0002-13, com seu Contrato Social Arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 3190243826-9, resolvem assim alterar e consolidar o contrato social e posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA.

Atendendo as conveniências administrativas, fica criada a filial 02 situada na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína- TO, CEP.: 77.813-444. Parágrafo único – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a filial 02.

CLÁUSULA SEGUNDA.

Continuam inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social, não modificadas e que não colidirem com as atuais, passando a presente alteração a fazer parte integrante do contrato primitivo.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES

REGIS HONÓRIO, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, nascido em 06 de julho de 1972, natural de Pires do Rio – GO, portador da carteira de identidade nº 9.509, expedida pelo CREA-DF, em 22.04.1997 e CPF sob nº 530.928.051-00,

000053



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAN PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

residente e domiciliado no SMPW Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.:72.110-800; e

SILVANA MOREIRA, brasileira, casada, em comunhão parcial de bens, farmacêutica, nascida em 14 de março de 1972, natural de Muzambinho-MG, portadora de identidade nº.2.153.238, expedida pela SSP-DF, em 04.05.1999, CPF sob. nº. 928.824.806-44, residente e domiciliada no SMPW, Quadra 05, Conjunto 06, Chácara 22, Lote 01, Brasília-DF, CEP.: 72.110-800, únicos sócios da sociedade: **RH ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, estabelecida na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, inscrita no CNPJ sob nº. 04.059.159/0001-32, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº. 53201048969, por despacho em 21.09.2000, e a sua Filial 01 estabelecida na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, inscrita no CNPJ sob nº 04.059.159/0002-13, com seu Contrato Social Arquivado na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 3190243826-9, e a sua Filial 02 estabelecida na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína- TO, CEP.: 77.813-444, resolvem consolidar o contrato social, com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA.

A sociedade gira nesta praça sob o nome empresarial: **RH ENGENHARIA LTDA**, com sede na A. D. E. Conjunto 10, Lote, 01, Águas Claras, Brasília-DF, CEP.:71.986.180, e a sua filial 01 na Rua Carlos Antônio Bonazzi, Nº 82, Vila Olímpica, Poços de Caldas – MG, CEP.: 37.704-373, e a sua filial 02 na Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 02595, Quadra 3 Lote 7, Loteamento Dona Nélcia, Araguaína-TO, CEP.: 77.813-444.

CLÁUSULA SEGUNDA.

O Capital social é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), dividido em 6.000.000 (seis milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e totalmente integralizadas em moeda corrente do país, ficando assim distribuídos entre os sócios.

- ❖ **REGIS HONÓRIO**, subscreve e integraliza 5.940.000 (cinco milhões, novecentas e quarenta mil) quotas, no valor R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 5.940.000,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil reais);
- ❖ **SILVANA MOREIRA**, subscreve e integraliza 60.000 (sessenta mil) quotas, no valor R\$1,00 cada uma totalizando o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Parágrafo primeiro – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a filial 01.

Parágrafo segundo – Fica destacado do capital social a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a filial 02.

000054



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

CLÁUSULA TERCEIRA.

A sociedade iniciou suas atividades em 10 de setembro de 2000 e o prazo de duração é indeterminado. Ao término do exercício social que será sempre em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA QUARTA.

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA.

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA.

O objetivo social é de prestação de serviços de construção civil, engenharia, saneamento, pavimentação, urbanização, eletricidade, telefonia em geral, projetos arquitetônicos, terraplanagem, manutenção de parques e jardins, ajardinamento, construção e projetos de redes de alta e baixa tensão; aluguel de máquinas e equipamentos elétricos, transformadores, geradores, guinchos, guindastes, empilhadeiras, postes de iluminação, máquinas e equipamentos para construção, entre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA.

A administração da sociedade cabe ao sócio **REGIS HONÓRIO**, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar, autorizado o uso do nome empresarial, podendo nomear representante legal para representar a sociedade em juízo ou fora dele, ATIVA E PASSIVAMENTE, bem como, praticar todo e qualquer ato de interesse da sociedade, sendo-lhe, no entanto, absolutamente vedado usá-lo em negócios alheios aos objetivos sociais, tais como: avais, fianças, abonos e endossos de favores, etc.

CLÁUSULA OITAVA.

Os sócios poderão de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.

000055



CLÁUSULA NONA.

Os lucros ou perdas apuradas em balanço, a ser realizado após o término do exercício social, serão repartidos entre os sócios, proporcionalmente as quotas de cada aumento de capital, utilizando os lucros, e/ou compensar os prejuízos em exercícios futuros, cabendo aos sócios.

REGIS HONÓRIO	99%
SILVANA MOREIRA	1%

CLÁUSULA DÉCIMA.

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades, com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

As deliberações sociais de qualquer natureza, inclusive para exclusão de sócios, serão tomadas pelo sócio(s) quotista(s), por votação, fazendo valer a quantidade de cotas assumidas por cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

000056



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

Fica eleito o foro de **BRASÍLIA-DF** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Brasília-DF, 31 de outubro de 2019.

REGIS HONÓRIO

SILVANA MOREIRA

000057^{mg}



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 7/11

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/183.171-9	DFE1900185477	11/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO
928.824.806-44	SILVANA MOREIRA

Página 1 de 1

000058



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/11



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 19/183.171-9 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 1334185 em 12/11/2019 da empresa 5320104896-9 RH ENGENHARIA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
1790038550-7	RUA ADEMAR VICENTE FERREIRA 02595 QUADRA3 LOTE 7 - BAIRRO LOTEAMENTO DONA NELCIA CEP 77813-444 - ARAGUAINA/TO

12/11/2019

000059



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RH ENGENHARIA LTDA, de nire 5320104896-9 e protocolado sob o número 19/183.171-9 em 11/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1334185, em 12/11/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Jefferson Dos Reis Pereira Lima.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jcdf.mdic.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
530.928.051-00	REGIS HONORIO
928.824.806-44	SILVANA MOREIRA

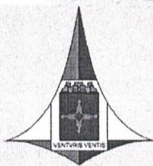
Brasília, Terça-feira, 12 de Novembro de 2019

Maxmiliam Patriota Carneiro: 702.261.211-00

Página 1 de 1

000060



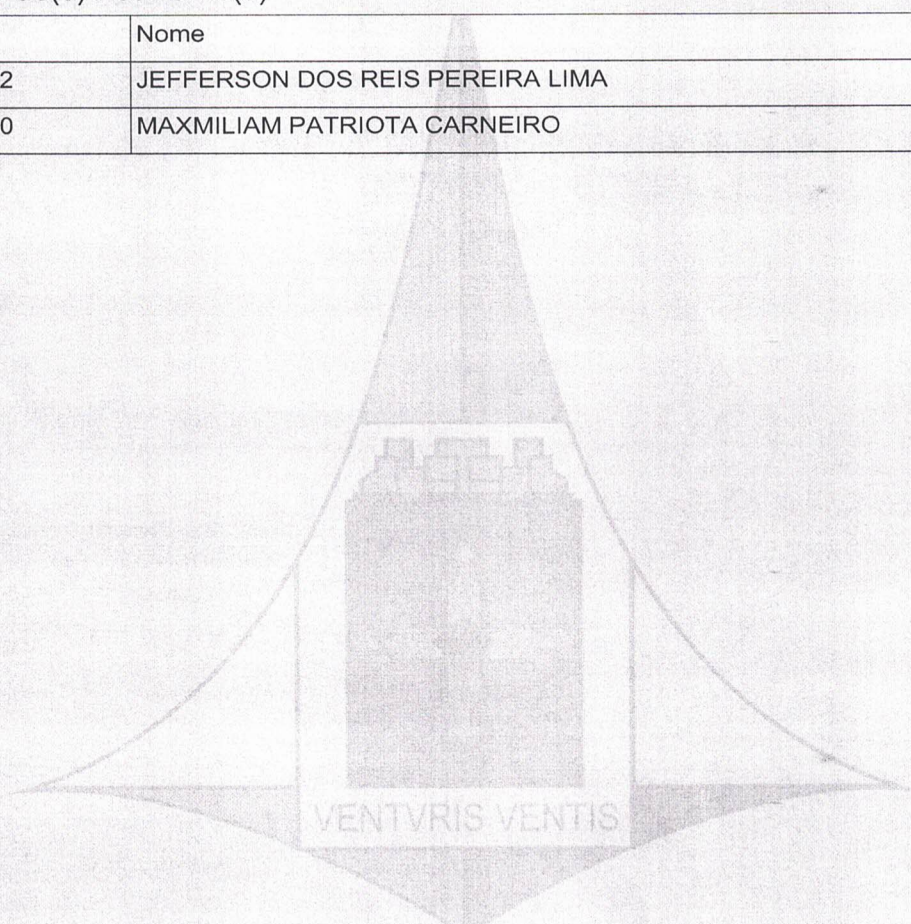


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
047.422.191-12	JEFFERSON DOS REIS PEREIRA LIMA
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília. Terça-feira, 12 de Novembro de 2019

000061



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334185 em 12/11/2019 da Empresa RH ENGENHARIA LTDA, Nire 53201048969 e protocolo DFE1900185477 - 11/11/2019. Autenticação: E09A387DA10BF6132499B252325C5B4A7F7945. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/183.171-9 e o código de segurança syCr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO-GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

DF

NOME
REGIS HONORIO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
 2132048 SSP GO

CPF
 530.928.051-00

DATA NASCIMENTO
 06/07/1972

FILIAÇÃO
 DURVALINO HONORIO

ELVIRA ROSA DE JESUS HONORIO

PERMISSÃO
 ACC CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO
 01879181054

VALIDADE
 19/06/2022

1ª HABILITAÇÃO
 25/02/1992

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
 27/06/2017

ELVAIN BARBOSA FONSECA FRINO
 Diretor - GERAL HONORIO DE TRANSP.

ASSINATURA DO EMISSOR

17821800726
DF750365862

DISTRITO FEDERAL

PROIBIDO PLASTIFICAR
1499870864

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1499870864

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
 Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro dos Estados - João Pessoa/PB - Tel.: (33) 3244.5454 - Fax: (33) 3244.5454

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 94541709181708110398-1; Data: 17/09/2018 17:14:28

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHM86593-MOLB;
Valor Total do Ato: R\$ 4,23

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti
 Tabelião

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

000062

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa RH ENGENHARIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa RH ENGENHARIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a RH ENGENHARIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/06/2021 19:50:04 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa RH ENGENHARIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 94541709181708110398-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcbda1f6b4fcb71701168e00cbbf467dac10edc0a7efadc85ebfed5bc9048476ab5030cc164baf7f0a0f31a88cfcd618c840b37847dbecfa4be4cf70cfade8d1d



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



000063

**DECLARAÇÃO DE ANÁLISE E VIABILIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL EMITIDA PELA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA**

São Paulo, 25 de junho de 2021.

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração De Análise e Viabilidade da Proposta Comercial
Emitida Pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Prezados Senhores,

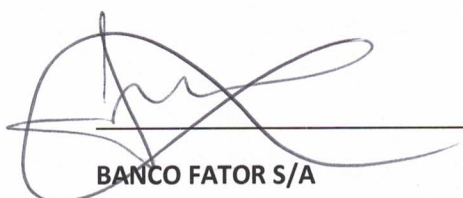
1 Pela presente carta, o **BANCO FATOR S/A** ("Instituição financeira"), com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 – 12º andar, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.644.196/0001-06 instituição financeira que assessora o **Consórcio SANTA LUZ** ("PROPONENTE"), de acordo com o subitem 11.2, do Edital de Concorrência nº 46/2021 ("EDITAL"), declara, para os devidos fins, que analisou o Plano de Negócios apresentado pela PROPONENTE, o EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS e atesta a sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos da montagem financeira do empreendimento.

2 A Instituição financeira declara que analisou o Plano de Negócios elaborado pela PROPONENTE para participar da LICITAÇÃO sob todos os seus aspectos financeiros, tendo confrontado a metodologia da montagem financeira do empreendimento à luz das melhores práticas de mercado, e realizado análises de sensibilidade e os questionamentos e investigações que considerou necessários para sua análise, assumindo, para tanto, a exatidão e completude dos dados e levantamentos utilizados pela PROPONENTE como base para a elaboração do Plano de Negócios.

3 Isso posto, a Instituição financeira, atesta, em relação ao Plano de Negócios da PROPONENTE:

- (i) A viabilidade e exequibilidade, desde que mantidas todas as premissas e parâmetros nele adotados, incluindo as adotadas nas análises de sensibilidade;
- (ii) A coerência das demonstrações e dados financeiros apresentados.

Com base em todo o exposto, e desde que mantidas as premissas e parâmetros adotados no Plano de Negócios, incluindo as adotadas nas análises de sensibilidade, a nós apresentado pela PROPONENTE, atestamos sua viabilidade e exequibilidade sob os aspectos financeiros.



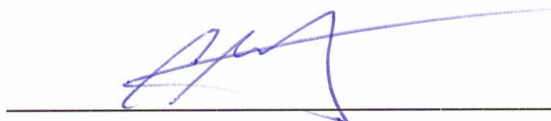
BANCO FATOR S/A

Nome : João Alfredo Coronel G. Lustosa
CPF : CPF nº 180.060.448-30



BANCO FATOR S/A

Nome : Marcello Froldi Negro
CPF : CPF 117 885 478-70
Diretor

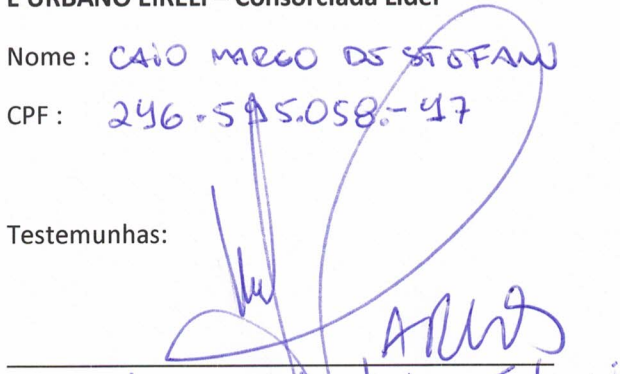


FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

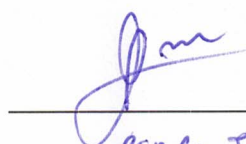
E URBANO EIRELI – Consorciada Líder

Nome : CAIO MARCO DE STOFANO
CPF : 246.595.058-47

Testemunhas:



Nome: Marcos de Laia Catoni
RG: 28.418.880-3



Nome : PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DOS N
RG : 34348631-3



TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ENTRE A PROPONENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

São Paulo, 25 de junho de 2021.

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência nº 46/2021 - Declaração De Análise E Viabilidade Da Proposta Comercial
Emitida Pela Instituição Financeira

À **Proponente CONSÓRCIO SANTA LUZ**

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Salvo se de forma diversa estiver definido neste ANEXO, os termos definidos terão o mesmo significado

1.1.1. Instituição: é o **BANCO FATOR S/A.**, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 – 12º andar, cep 04530-001, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.644.196/0001-06.

1.1.2. Representante(s): são: (i) os administradores e funcionários da Instituição ou de suas CONTROLADAS ou COLIGADAS; e (ii) os consultores, advogados, auditores, contadores, agentes, intermediários financeiros e outras pessoas que, por meio da Instituição, que venham a ter acesso às Informações exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE.



1.1.3. Informações: são as informações disponibilizadas pela PROPONENTE à Instituição, para a emissão de carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme o subitem 11.2 do EDITAL.

1.1.4. O termo Informações não inclui as informações públicas, assim consideradas as que:

- (i) eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à Instituição;
- (ii) tenham se tornado de domínio público após sua divulgação à Instituição, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela Instituição, seu(s) Representante(s) ou por outro participante que tenha tido acesso às Informações;
- (iii) já pertenciam aos arquivos da Instituição, em bases não confidenciais, ou que tenham sido desenvolvidas independentemente pela Instituição, conforme o caso, anteriormente à sua disponibilização pela PROPONENTE à Instituição ou ao(s) seu(s) Representante(s); ou
- (iv) tornaram-se disponíveis à Instituição, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a PROPONENTE, contanto que tais fontes não estejam proibidas a transmitir as Informações à Instituição.

2. OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

2.1. Confidencialidade: a Instituição e seu(s) Representante(s) obrigam-se a manter as Informações em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) Representante(s).

2.1.1. A obrigação de manter sigilo, constante do parágrafo 2.1, inclui:

- (i) não utilizar as Informações para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO;

(ii) não discutir perante ou com terceiros sobre as Informações (o(s) Representante(s) não são considerados terceiros);

(iii) não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das Informações, que não para avaliar a participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer Representante(s); e

(iv) guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às Informações ou nelas baseados, devendo devolvê-los à PROPONENTE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação desta.

2.1.2. Quaisquer Informações que, porventura, forem retidas pela Instituição continuarão sujeitas ao disposto neste Termo de Confidencialidade.

2.1.3. A Instituição deverá comunicar à PROPONENTE, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, que o obrigue a divulgar as Informações, mesmo que parcialmente, desde que tal comunicação seja permitida no âmbito da respectiva lei ou ordem administrativa ou judicial aplicável.

2.2. Outras obrigações relacionadas com as Informações: a Instituição e qualquer de seu(s) Representante(s), a partir da data de celebração deste termo, e até a data de entrega da PROPOSTA COMERCIAL, obrigam-se a:

(i) não emitir a carta que ateste a viabilidade do Plano de Negócios da PROPONENTE, conforme subitem 11.2 do EDITAL em favor de outra(s) PROPONENTE(s); e

(ii) abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das Informações.



2.3. Responsabilidade: a Instituição, que, por si ou por seu(s) Representante(s), tiver violado as obrigações previstas neste termo, em especial as constantes dos parágrafos 2.1 e 2.2, obriga-se a indenizar e ressarcir o PODER CONCEDENTE e a PROPONENTE pelas perdas, danos e/ou custos incorridos, que sejam diretamente decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

2.4. A Instituição deverá atender às solicitações de diligência da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO constituída segundo o EDITAL, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis.

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Instituição e/ou qualquer de seu(s) Representante(s) estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização da LICITAÇÃO, ressalvadas as obrigações assumidas no presente Termo de Confidencialidade.

3.2. O não exercício dos direitos aqui assegurados não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

3.3. Esse termo será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

3.4. Com exceção das obrigações previstas no parágrafo 2.2, as obrigações previstas neste termo vigorão pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data de assinatura deste termo.

3.5. No caso da Instituição ser pessoa jurídica com sede no exterior, a Instituição, neste ato, nomeia e constitui como seu procurador [nome e qualificação completa], com poderes específicos para receber citações e intimações, na forma do art. 213 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

3.6. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como o único competente para dirimir eventuais questões relacionadas aos termos do presente, e renunciando, desde já, a Instituição seu(s) Representante(s) e a PROPONENTE, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

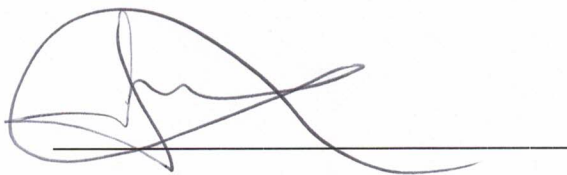
3.7. Este Termo de Confidencialidade traduz o entendimento da Instituição com relação à confidencialidade das Informações e, nenhuma modificação a este termo ou renúncia aos termos e condições aqui pactuadas obrigarão a Instituição ou a PROPONENTE, a não ser que tais modificações e/ou renúncias sejam aprovadas, por escrito, por cada uma das partes e pelo PODER CONCEDENTE.



FORTNORT Desenvolvimento Ambiental e

Urbano Eireli – Consorciado Líder

CONSÓRCIO SANTA LUZ



BANCO FATOR S.A.

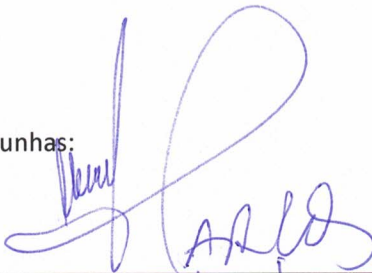
Nome : João Alfredo Coronel G. Lustosa
CPF: CPF nº 180.060.448-30



BANCO FATOR S.A.

Nome : Marcello Frolidi Negro
CPF 117 885 478-70
CPF : Diretor

Testemunhas:



Nome: Marcos de LATA Cationi
RG: 28.418.880-3



Nome: PEDRO JOSÉ ALVARES LOPES DAS NEVES
RG: 34 348631-3



CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

Edital de 2ª (Segunda) Convocação aos Debenturistas da 3ª (Terceira) Série da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública da Arteris S.A. – Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Série

nos termos da Cláusula 9.º do "Instrumento Particular de Escritura da 5.ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Ativa Três Séries, da Espécie Quilografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Artesis S/A", datado de 11 de setembro de 2017 e alterado em 19 de outubro de 2017 ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), ficam os titulares das Debênturas da 3.ª (terceira) série da referida 5.ª (quinta) emissão ("Debênturistas da Terceira Série" e "Emissão", respectivamente) e a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agência Fiduciária") convocados a participar da Assembleia Geral Extraordinária da AGD, para a realização da referida 2.ª (segunda) convocação, no dia 25 de novembro de 2020, às 10:00 horas, em meio eletrônico, na plataforma www.artesis.com.br, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM", nº 825 de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM nº 825/2020"), nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do Dia ("Ordem do Dia"): (a) a nulidade prévia para a não configuração da hipótese de evento de vencimento antecipado não automático das Debêntures ("Evento de Vencimento Antecipado"), nos termos das Cláusulas 6.2.1, alínea ("m"), e 6.2.1.2 da Escritura de Emissão, caso o Índice Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora, de Divida Líquida Consolidada/EBITDA Ajustado Consolidado – Direto de Origem Fixo Pago Consolidado (conforme definido na Escritura de Emissão) seja inferior a 1,25 (um e vinte e cinco por cento) em relação ao Índice Financeiro da Emissora, no segundo, 3.º (terceiro) e 4.º (quarto) trimestres de 2021, aos 1.º (primeiro), 2.º (segundo), 3.º (terceiro) e 4.º (quarto) trimestres de 2022, aos 1.º (primeiro), 2.º (segundo), 3.º (terceiro) e 4.º (quarto) trimestres de 2023 e aos 1.º (primeiro), 2.º (segundo), 3.º (terceiro) e 4.º (quarto) trimestres de 2024, seja superior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), desde que o referido Índice Financeiro da Emissora, em qualquer um dos referidos períodos ou cumulativamente, seja inferior ou igual a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos); e (b) a autorização para que a Emissora, em conjunto com os Debênturistas da Terceira Série, pratique quaisquer atos e assinem os documentos necessários, para fins de formalização da participação na referida 2.ª (segunda) convocação, no âmbito do direito de negociação, para fins de formalização das Debênturas da Terceira Série, em relação às matérias da Ordem do Dia, desde que não provoque qualquer prejuízo econômico e estritamente em observância à Ordem do Dia da AGD. Procedimentos Aplicáveis à Realização Digital da AGD

Em atendimento à Instrução CVM nº 825/2020, a Emissora apresenta abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: **1. Acesso e utilização do Sistema Eletrônico:** a AGD será realizada por meio da plataforma digital "Teams", que possibilitará a participação remota dos Debênturistas da Terceira Série. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debênturistas da Terceira Série deverão enviar até 2 (dois) dias antes de sua realização, para o e-mail n1.artesis.com.br, com cópia para agendadigital@vortex.com.br; (i) o conteúdo da inscrição de sua participação acompanhada do documento de identificação, quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica ou veículo de investimento, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debênturista da Terceira Série; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, a qual poderá ser assinada fisicamente, sem reconhecimento de firma, digitalmente ou eletronicamente, inclusive por meio da plataforma "DocuSign" sem o uso de certificado digital, conforme o caso. Em todo caso, os Debênturistas da Terceira Série ou seus representantes legais, munidos dos documentos exigidos acima, poderão participar da AGD ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, conforme artigo 4.º, § 2.º da Instrução CVM nº 825/2020, e não comparecerem à AGD, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Debênturistas. Conforme previsto na Cláusula 9.1.1, alínea ("b"), da Escritura de Emissão, a deliberação do item (a) da Ordem do Dia da AGD ora convocada deverá ser aprovada por Debênturistas da Terceira Série que representem, no mínimo, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debênturistas da Terceira Série em Circulação presentes na AGD, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos titulares das Debênturistas da Terceira Série em Circulação. Conforme previsto na Cláusula 9.1.0, da Escritura de Emissão, a deliberação do item (b) da Ordem do Dia da AGD ora convocada deverá ser aprovada por Debênturistas da Terceira Série que representem, no mínimo, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debênturistas da Terceira Série em Circulação presentes na AGD, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos titulares das Debênturistas da Terceira Série em Circulação. São Paulo, 21 de novembro de 2020.

Juan Gabriel Lopez Moreno – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

[21, 24 e 25/11/2020]

CNPJ/MF nº 07.706.705/0001-78 – NIRE 35.300.504.704

República das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais – R\$)

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício		31/12/2019		31/12/2018	
Ativo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	40.552.704,09	11.600.841,68	Recetta operacional líquida	-	Aumento/(Redução) em Fornecedores a pagar	615,00	29.939,09
Caixa e equivalentes de caixa	223.624,08	539.029,51	Lucro bruto	-	Aumento/(Redução) em Divendos a pagar	1.510.128,00	-
Tributos a compensar	217.030,17	217.030,17	Outras receitas(despesas) operacionais	(387.459,53)	Total de fluxo de caixa das atividades operacionais	1.461.500,28	286.261,78
Cotas a receber	8.344.910,00	8.344.910,00	Despesa gerais e administrativas	(834.143,18)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Cotas a receber partes relacionadas	31.767.139,24	2.499.872,00	Despesa com depreciação	(316,35)	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(5.223,98)	-
Não-Circulante	4.907,63	29.833.309,36	Despesas tridárias	-	Total de fluxo de caixa das atividades de investimentos	(5.223,98)	-
Investimentos	-	29.833.309,36	Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(387.459,53)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Imobilizado	4.907,63	-	Despesas financeiras	(2.432,58)	Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Total do ativo	40.557.611,72	41.434.151,04	Receitas financeiras	66.025,93	Total de lucro/prejuizo líquido do exercicio	1.194.723,17	477.654,83
Circulante	31/12/2019	31/12/2018	Outras despesas	(12.865,51)	Capital líquido das atividades de financiamento	-	-
Obrigações tributárias	1.787,12	45.829,84	Outras receitas	78.928,81	Integração de Capital Social	-	(1.263.813,99)
Fornecedores a pagar	615,00	-	Resultado antes do IR/CS	(244.639,37)	AFAC	-	1.263.813,99
Divendos a pagar	1.510.128,00	-	Contribuição social	(6.348,78)	Distribuição de lucros	(1.510.128,00)	-
Não-Circulante	2.489.872,00	3.061.314,12	Imposto de renda	(10.581,32)	Total de caixa líquido das atividades de financiamento	(1.510.128,00)	-
Outras cotas partes relacionadas	2.489.872,00	3.061.314,12	Resultado líquido do exercicio	(261.869,48)	Aumento líquido de caixa	(315.404,83)	477.654,83
Capital social líquido	36.552.208,60	38.327.207,06	Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	-	Aumento/Diminuição líquido ao Caixa e equivalentes	(315.404,83)	477.654,83
Capital social	20.824.153,42	20.824.153,42	Lucro/prejuizo líquido do exercicio	(261.869,48)	Caixa e equivalente de Caixa no início do período	3.038.901,51	2.581.246,88
Reservas de lucros	15.731.056,18	15.730.053,66	Itens que nao afetam o caixa operacional	316,35	Caixa e equivalente de Caixa no fim do período	2.723.496,68	3.038.901,51
Total do passivo	40.557.611,72	41.434.151,04	Despesa de Exercícios Anteriores	316,35	Variação das contas Caixa e equivalente de Caixa	(315.404,83)	477.654,83
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reservas de Lucros		Total de caixa líquido das atividades de financiamento		Total de lucro/prejuizo líquido do exercicio	
Capital Social	Reservas de Lucros	Totais		Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias		Aumento/(Redução) em Fornecedores a pagar	
Nacional	Lucros	Ações		Aumento/(Redução) em Divendos a pagar		Aumento/(Redução) em Divendos a pagar	
Em 31/12/2017	17.628.646,46	38.469.999,40	Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	Total de fluxo de caixa das atividades operacionais	1.461.500,28	286.261,78
Lucro/(Prejuizo) do exercicio	(123.792,40)	(123.792,40)	Aumento/(Redução) em Clientes a receber	257.066,92	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
Em 31/12/2018	17.804.053,66	38.327.207,06	Aumento/(Redução) em Tributos a compensar	(724,22)	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(5.223,98)	-
Distribuição de lucros	(1.510.128,00)	(1.510.128,00)	Aumento/(Redução) em Créditos com partes relacionadas	(5.400,00)	Total de fluxo de caixa das atividades de investimentos	(5.223,98)	-
Lucro/(Prejuizo) do exercicio	(261.869,48)	(261.869,48)	comerciais e de prestação de serviços, no país ou no exterior, para atingir seus objetivos. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e observadas as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76). As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstra-	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Em 31/12/2019	20.824.153,42	15.731.056,18	36.552.208,60	-	Total de lucro/prejuizo líquido do exercicio	1.194.723,17	477.654,83
Notas Explicativas		1. Contexto Operacional – A Companhia foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13/04/2007 e tem como principal objeto social a participação acionária em outras sociedades, cessão e concessão dos direitos de uso de marcas e patentes próprias ou terceiros, exercendo atividades comerciais e de prestação de serviços, no país ou no exterior, para atingir seus objetivos. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e observadas as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76). As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstra-		Emílio Yoshivuki Acki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1		Emílio Yoshivuki Acki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1	
Lia Hansland Valente – Diretor		Fernando de Mello Mattos Hansland – Diretor		Emílio Yoshivuki Acki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1		Emílio Yoshivuki Acki – Contador CRC 1SP 113.579/O-1	

CNPJ nº 33.644.196/0001-06 - NIRE 35300156803

Ata da Reunião do Conselho de Administração em 22.06.2020
Data: 22/06/2020, às 10h. Local: Via videoconferência. Presença: Totalidade dos membros do Conselho de Administração. A reunião foi instaurada de forma digital, via videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sar-CoV-2 (Covid-19), e em observação ao artigo 8º, parágrafos 9º e 10º do Estatuto Social. **Mesa:** Presidente: Jorge Lang, Secretário: Gabriel Muriello Galpinto. **Deliberações:** Deliberaram o que se segue: **1º** - A reunião foi realizada em 22/06/2020, às 10h, sob a presidência de R\$ 7.226.161,00, a saber: **Diretor Presidente:** Gabriel Muriello Galpinto, **R\$ 44.293.153,0-SPP-S** e **CPF nº 002.827.438-0**; e **Diretores (sem designação específica):** Gilberto Tenuhiko Moriama, **R\$ 18.944.526,9-SPP-S** e **CPF nº 251.612.728-35**; **João Alfredo Corral Galardo Lustosa**, **R\$ 26.436.571,9-SPP-S** e **CPF nº 180.060.448-30**; **Marcello Frodo Vellani**, **R\$ 18.661.358,9-SPP-S** e **CPF nº 117.885.476-70**; **Paulo Vellani de Lima**, **R\$ 16.118.675,0-SPP-S** e **CPF nº 147.331.908-08**; **Pedro Grunruius Kasab**, **R\$ 34.699.296,5-SPP-S** e **CPF nº 223.338.159-85**; e **Rodrigo D'Utra Vaz**, **R\$ 9.500.000,0-SPP-S** e **CPF nº 117.885.476-70**. **2º** - Os membros do Conselho de Administração eleitos ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na RCA que suceder a AGO que se realizará no ano de 2023. 12. Os Diretores eleitos apresentaram a declaração, de que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fidejussão ou a propriedade, as quais se aplicam aos membros do Conselho de Administração. **3º** - A composição da Diretoria da sociedade, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na RCA que suceder a AGO que se realizará no ano de 2023, a saber: **Diretoria:** (mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2023) **Nome - Cargos:** **Gabriel Muriello Galpinto** - Diretor Presidente; **Gilberto Tenuhiko Moriama**, **João Alfredo Corral Galardo Lustosa**, **Marcello Frodo Vellani**, **Paulo Vellani de Lima**, **Pedro Grunruius Kasab**, **Rodrigo D'Utra Vaz** - Diretores (sem designação específica). **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a ata em duas vias próprias, de que uma foi lida, aprovada e por todos assinada. **Sala de Diretoria, 22/06/2020. JUCESP Nº 574.424.260-7 em 09/11/2020**
Gisele Simioni Cascibio, Secretária Geral

CNPJ nº 63.062.749/0001-83 - NIRE 35300022050

Ata da Reunião da Diretoria em 06.08.2020
Data: 06/08/2020, às 11:00 horas. **Local:** Via videoconferência. **Presença:** Reunião realizada de forma digital, com a totalidade dos diretores por videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19). **Mesa:** Presidente: Eduardo Teixeira Ribeiro; Secretário: Paulo Veliani de Lima; **Deliberações:** Os Membros da Diretoria, por unanimidade, aprovaram a seguinte resolução: A Diretoria da Associação Brasileira de Assistência Social, em consonância com o parágrafo Único do Artigo 2º do estatuto Social, conforme abaixo: De: Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387 - 5º andar - Conjuntos 51 e 52 - Vila Nova Conceição - CEP 04543-121 - São Paulo-SP; **Para:** Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017 - 12º andar - Itaim Bibi, CEP 04530-001 - São Paulo-SP **Encaminhamento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 06/08/2020. **Presença:** Membros da Diretoria: Paulo Veliani de Lima, Eduardo Teixeira Ribeiro, Antônio Gilberto Teruhiko Moriama, Eduardo Teixeira Ribeiro - Presidente, Paulo Veliani de Lima - Secretário, JUCESP nº 14.987/20 de 09/11/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

paços de
(em construção)

Ata da AGO de 2020 para as Ações

Aos 08/09/2020, às 10h, na sede, SSPSP **Convocação e Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente, Sr. Luis Guilherme de Souza Silva, Secretário, Sr. Lawrence Santilli Echenique. **Deliberações:** Deliberaram o seguinte: 1. Aprovar a constituição de Companhia, sob a denominação de **SP 236 Participações Societárias S.A.** 2. Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$10,00 cada, totalizando um valor de R\$400,00 e a integralização parcelal de 10% em 10 parcelas, a serem pagas em 10 parcelas, de 10% cada. 3. Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de: (i) Sr. Luis Guilherme de Souza Silva para a posição de Diretor; e (ii) Sr. Lawrence Santilli Echenique para a posição de Diretor. O jornal para a publicação dos atos da Companhia será o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um jornal local de grande circulação. **Encerramento:** Terminou a reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Assinatura:** Luis Guilherme de Souza Silva, Presidente, Lawrence Santilli Echenique, Secretário. Admistrato: Totalidade. JUCESP/NIRE nº 3530055630-8 em 27/10/2020. Gisela Simionista Ceschin - Secretária Geral.

CNPJ/ME nº 35.210.425/0001-00 - NIRE 35300554141

Data, hora, local: 06.10.2020, 09h, na sede social, Alameda Rio Negro, 555, Bloco A, 1º andar, conjunto 13, Barueri/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** presidente: Alexandre Ferrari; **Secretário:** Wellington Saffir. **Deliberações aprovadas:** AGE 1. A destituição de Rafael Augusto de Sousa, ao cargo de Diretor sem designação específica. 2. A eleição de Rodrigo Leonardo de Rafael Campos, brasileiro, casado, economista, RG 58.575.334-3 RSP/SP, CPF/MF 174.813.706-34, residente em São Paulo/SP, ao cargo de Diretor sem designação específica, com vigência até ao AGO de 30.04.2022. **Encerramento:** Nada mais. Barueri/SP 06.10.2020. **Atoridades:** Expositores Pagamentos Fundo de Investimento em Participações: Mônica Maria de Almeida, CPF/MF 030.400.200-00, Alameda Ferrari, 555, Bloco A, 1º andar, conjunto 13, Barueri/SP, 06.10.2020. **Atoridades:** Paulo Renato Della Voila, Rodrigo Leonardo de Rafael Campos, Eduardo do Leite de Mendonça Chaves. JUCESP nº 47618712/20-0 em 11.11.2020. **Gisela Stivença Caspicho - Secretária Geral**

CNPJ/ME nº 02.566.993/0001-28 - NIRE 35.215.137.856

São convocados os sócios da **BBC do Brasil Comunicação Ltda. ("Sociedade")**, nos termos dos Artigos 6, 11 e 12 do Contrato Social da Sociedade, para se reunirem em Reunião de Sócios da Sociedade a ser realizada no dia 30 de novembro de 2020, às **10:00 horas**, na sede da Sociedade, localizada na Rua Ferreira de Araújo, 71, 1º andar, Pinheiros, CEP: 05428-020, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) ratificar a integralização do capital social da Sociedade; (ii) aprovar os termos e condições de um futuro aumento do capital social da Sociedade a ser realizado pela sócia majoritária **British Broadcasting Corporation**; (iii) aprovar a nomeação dos novos diretores da Sociedade; (iv) alterar o Contrato Social da Sociedade para adequá-lo ao novo Contrato Social da Sociedade tendo em vista as deliberações acima. São Paulo, 19 de novembro de 2020.

British Broadcasting Corporation (p.p.: Cristiane Locatelli Todeschini)

Brazil Transporte de Veículos Ltda.

CNPJ nº 06.395.589/0001-04 - NIRE 35.207.251.516
Ata de Reunião de Sócios em 30/10/2020

Data, Hora e Local: Aos 30/10/2020, às 11h, na sede social da Brazil Transporte de Veículos Ltda. ("Sociedade"), na Avenida Maria Servidô Demarchi, 1.420, Demarchi, CEP 09820-000, São Bernardo do Campo/SP. **Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º, do Código Civil, tendo em vista a presença da sócia representando a totalidade do capital social. **Presença:** Sócia representando a totalidade do capital social, a saber: **Sada Participações Ltda.**, sociedade empresária ilimitada, CNPJ nº 07.482.897/0001-79, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP/NIRE 35.231.778.448, com sede na Estrada dos Alvareiros, 4.016, sala 104, Jandira, CEP 06.815-000, Jandira/SP. **Assuntos Tratados e Deliberação:** Tomada por unanimidade de votos: Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia e aprovada sua publicação, com omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho por unanimidade de votos: (i) **Recomendou, nos termos da Resolução de Diretoria nº 2020272-G**, o voto favorável aos seus representantes nos órgãos deliberativos da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"), para aprovar, respectivamente a compra e venda de energia, podendo ser feita em uma ou mais operações, pela melhor oferta do mercado. (ii) **Conheceu** da renúncia do Sr. Shirong Lyu com a partir das 00h00 de 19 de outubro de 2020, das seguintes posições: (a) Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da CPFL Energia, (b) Diretor Vice-Presidente Executivo Interino da CPFL Energia, (c) Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócio Interino da CPFL Energia, (d) Membro efetivo do Comitê de Estratégia e Processos de Gestão, (e) Membro efetivo do Comitê de Gestão de Recursos Humanos; (f) Membro do Conselho de Administração do Instituto CPFL e (g) Membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"). Sr. Shirong Lyu manteve sua posição como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia. (ii) **Aprovou** a indicação do candidato aprovado pelo Diretor Presidente ("CEO") da CPFL Energia, Sr. Futao Huang, chinês, casado, engenheiro, portador do RNE nº G3629375, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.777.588-37, com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Costa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarízia, CEP 13067-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, para posição de Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócio da CPFL Energia. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à concessão de visto, a ser autorizado nos termos da legislação em vigor, sendo que o Sr. Futao Huang será eleito para o cargo em Assembleia Geral realizada após a referida concessão de visto. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. (iv) **Aprovou** a indicação do candidato apresentado pelo Diretor Presidente ("CEO") da CPFL Energia, Sr. Futao Huang, para posição de membro do Conselho de Administração do Instituto CPFL. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à concessão de visto, a ser autorizado nos termos da legislação em vigor, sendo que o Sr. Futao Huang será eleito para o cargo em Assembleia Geral realizada após a referida concessão de visto. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. (v) **Elegeram Sr. Futao Huang** para posição de membro efetivo para o Comitê de Estratégia e Processos de Gestão e para o Comitê de Gestão de Recursos Humanos da CPFL Energia para cumprir mandato até 2021. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. (vi) **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Bo Wen (Presidente da Mesa), Sr. Shirong Lyu, Sr. Hong Li, Sr. Anselmo Henrique Seto Leal, Sr. Gustavo Estrella, Sr. Antonio Kandir, Sr. Marcelo Amaral Moraes e Sr. Valter Matta (Secretário). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Campinas, 15 de outubro de 2020. **Bo Wen; Valter Matta - Secretário. JUCESP nº 478.582/20-1 em 12/11/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

Banco Fator S.A.

CNPJ nº 33.644.196/0001-06 - NIRE 35.300.186.133
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 22.06.2020

Data: 22/06/2020, às 09h00 horas. **Local:** Videoconferência. **Presença:** Representantes do único acionista. A assembleia foi instaurada de forma digital, via videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19). **Assuntos Tratados e Deliberação:** Tomada por unanimidade de votos: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos sócios, nos termos do artigo 1.072, § 2º da Lei nº 10.406/02. **Mesa:** Sr. Jorge Cury Neto, Presidente, e Sr. Fernando Salomão, Secretário. **Ordem do Dia:** Autorizar a obtenção de empréstimo e autorização de prestação de garantias. **Deliberações:** Os sócios aprovaram por unanimidade e sem reservas, a obtenção de empréstimo pela Sociedade mediante a assinatura do Contrato de Financiamento Imobiliário - SFH, perante o Banco Bradesco S.A., no valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para a construção de empreendimento no terreno objeto da matrícula nº 155.592 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP, bem como a prestação de garantia de hipoteca, penhor dos recebíveis e aval e/ou fiança em favor das pessoas físicas que serão detentoras das frações ideais de terreno até a expedição do habite-se. Fica desde já os administradores da Sociedade autorizados a proceder ao quanto necessário para a boa execução das deliberações. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presença:** Mesa: Jorge Cury Neto, Presidente; Fernando Salomão, Secretário. Sócios: Inocul Incorporação e Construção Ltda. e Trisul S/A. São Paulo, 30 de outubro de 2020. **Jorge Cury Neto - Presidente; Fernando Salomão - Secretário. Sócios: Inocul Incorporação e Construção Ltda. - p. Administradores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão. TRISUL S/A - p. Diretores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão.** (A presente folha de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião de Sócios de TRISUL PAULISTÂNIA Empreendimentos Imobiliários Ltda., realizada em 30 de outubro de 2020). **JUCESP nº 521.390/20-5 em 08/12/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.844.167/0001-40 - NIRE 35.300.342.089
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2020

1. Data, Hora e Local: Aos 22 de abril de 2020, às 14h00, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP: 01311-902. **2. Publicações:** Demonstrações Contábeis publicadas na edição do dia 20 de março de 2020, no jornal "Diário Oficial Empresarial" e no "O Estado de São Paulo". **3. Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da unanimidade dos sócios. **4. Presença:** Acionistas da Companhia representando a totalidade de seu capital social. **5. Mesa:** Presidente: Michel Esper Saad Junior; Secretário: Jorge Cury Neto. **6. Ordem do Dia:** (i) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (iii) Eleição da Diretoria; **7. Deliberações:** Pela unanimidade dos votos dos presentes e sem reservas, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) Aprovar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, documentos estes que foram publicados no O Estado de São Paulo e no Diário Oficial Empresarial em 20/03/2020, dispensando-se conforme parágrafo 5º do artigo 133, da Lei nº 6.404/1978, e a realização de uma Assembleia Geral extraordinária para publicação de ato; (ii) Aprovar a proposta de Diretoria constante das Demonstrações Contábeis da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício, no valor de R\$ 181.224.961,80 (cento e oitenta e um milhões duzentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta e um reais oitenta e cinco centavos), das quais: (i) R\$ 18.814.478,53 (dezoito milhões oitocentos e quarente mil quatrocentos e setenta e oito centavos e três centavos) para reserva de lucros e retenção de lucros e (ii) R\$ 9.907.124,04 (nove milhões e setenta e quatro reais e quatro centavos) para reserva de lucros e retenção de lucros e (iii) R\$ 9.907.124,04 (nove milhões e setenta e quatro reais e quatro centavos) até 15/05/2020 e a segunda de R\$ 9.907.124,04 (nove milhões e setenta e quatro reais e quatro centavos e cinco centavos) até 15/07/2020; (iv) R\$ 152.349.235,16 (cento e cinquenta e dois milhões trezentos e quarenta e nove mil duzentos e trinta e cinco reais e dez centavos) para reserva de lucros e retenção de lucros e (v) R\$ 9.907.124,04 (nove milhões e setenta e quatro reais e quatro centavos) para reserva legal; (vi) Reeleger os cargos da Diretoria, com mandato de 01 (um) ano, que será estendido até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no exercício de 2021, os Srs. Jorge Cury Neto, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.585.974 SSP/SP e do CPF/MF nº 004.263.878-05, 004/1978, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902; **Michel Esper Saad Junior**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.251.063 SSP/SP e do CPF/MF nº 047.158.988-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902; **Sebastião Roberto Cury**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 8.782.955 e do CPF/MF nº 013.069.828-80, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 17º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902 - São Paulo, Capital e **Ronaldo José Sayeg**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.933.735 SSP/SP e do CPF/MF nº 099.597.508-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, Bairro Paraíso, CEP 01311-902, como diretores sem designação específica. Os diretores ora eleitos declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem quaisquer impedimentos por lei especial, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob investigação de condenação, à pena de prisão, ou crime que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia pública, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Por fim os termos de posse e declaração de desimpedimento estão arquivados na sede da Companhia. **8. Encerramento:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/78. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presença:** Mesa: Michel Esper Saad Junior - Presidente, Jorge Cury Neto - Secretário. Acionistas presentes: Michel Esper Saad Junior; Jorge Cury Neto; José Roberto Cury; Jorge Sayeg Neto; Flávia Matta; Sayeg Michalut. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Michel Esper Saad Junior - Presidente da Mesa. Jorge Cury Neto - Secretário. JUCESP nº 285.633/20-01 em 05/08/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CPFL Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93 - NIRE 35.300.186.133
Ata da 422ª Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 09 de outubro de 2020
1. Data, Hora e Local: Aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2020, às 09h00, na Rua Gustavo Ambrust, 36, 10º andar, Nova Campinas, CEP 13025-106, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Convocada na forma do Parágrafo 1º, do Artigo 18, do Estatuto Social da CPFL Energia. **3. Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), na forma dos Parágrafo 7º, do Artigo 18, do Estatuto Social. **4. Mesa:** Presidente - Bo Wen e Secretário - Valter Matta. **5. Assuntos Tratados e Deliberação:** Tomada por unanimidade de votos: Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada sua publicação, com omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho por unanimidade de votos: (i) **Conheceu** dos destaques gerenciais e demais assuntos relevantes ocorridos desde a última reunião do Conselho de Administração até a presente data, reportados pelo Diretor Presidente. (ii) **Recomendou, nos termos da Resolução de Diretoria nº 2020255-G**, o voto favorável aos seus representantes nos órgãos deliberativos da CERAN para aprovação da fixação, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, do Preço Mínimo de comercialização de energia pela CERAN, nos termos do Acordo de Adiantamento da CERAN. (iii) **Recomendou**, nos termos da Resolução de Diretoria nº 2020254-G, o voto favorável aos seus representantes nos órgãos deliberativos da Companhia Energética Rio das Antas S.A. ("CERAN"), bem como autorizou que seus representantes na CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") aprovem e assinem instrumento particular autorizando que a CERAN comercialize energia no exercício de 2021. Foram realizadas as seguintes apresentações: (a) Projeto Unio; (b) Plano Estratégico; (c) Relatório de Status do Plano de Sustentabilidade; (d) Relatório Mensal de Saúde e Segurança; (e) Acompanhamento de Desenvolvimento de Negócios; e (f) Pipeline. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Bo Wen (Presidente da Mesa), Sr. Shirong Lyu, Sr. Hong Li, Sr. Anselmo Henrique Seto Leal, Sr. Gustavo Estrella, Sr. Antonio Kandir, Sr. Marcelo Amaral Moraes e Sr. Valter Matta (Secretário). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Campinas, 09 de outubro de 2020. **Bo Wen; Valter Matta - Secretário. JUCESP nº 486.967/20-7 em 16/11/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

CPFL Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93 - NIRE 35.300.186.133
Ata da 423ª Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 15 de outubro de 2020
1. Data, Hora e Local: Aos 15 (quinze) dias do mês de outubro de 2020, às 11h00, na Rua Gustavo Ambrust, 36, 10º andar, Nova Campinas, CEP 13025-106, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Convocada na forma do Parágrafo 2º, do Artigo 18, do Estatuto Social da CPFL Energia. **3. Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), na forma do caput e Parágrafo 7º, do Artigo 18, do Estatuto Social. **4. Mesa:** Presidente - Bo Wen e Secretário - Valter Matta. **5. Assuntos Tratados e Deliberação:** Tomada por unanimidade de votos: Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia e aprovada sua publicação, com omissão das assinaturas dos conselheiros e a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais. Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as deliberações a seguir pelo Conselho por unanimidade de votos: (i) **Recomendou, nos termos da Resolução de Diretoria nº 2020272-G**, o voto favorável aos seus representantes nos órgãos deliberativos da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"), para aprovar, respectivamente a compra e venda de energia, podendo ser feita em uma ou mais operações, pela melhor oferta do mercado. (ii) **Conheceu** da renúncia do Sr. Shirong Lyu com a partir das 00h00 de 19 de outubro de 2020, das seguintes posições: (a) Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da CPFL Energia, (b) Diretor Vice-Presidente Executivo Interino da CPFL Energia, (c) Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócio Interino da CPFL Energia, (d) Membro efetivo do Comitê de Estratégia e Processos de Gestão, (e) Membro efetivo do Comitê de Gestão de Recursos Humanos; (f) Membro do Conselho de Administração do Instituto CPFL e (g) Membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis"). Sr. Shirong Lyu manteve sua posição como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia. (ii) **Aprovou** a indicação do candidato aprovado pelo Diretor Presidente ("CEO") da CPFL Energia, Sr. Futao Huang, chinês, casado, engenheiro, portador do RNE nº G3629375, inscrito no CPF/MF sob o nº 239.777.588-37, com endereço comercial na Rua Jorge Figueiredo Costa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarízia, CEP 13067-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, para posição de Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócio da CPFL Energia. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à concessão de visto, a ser autorizado nos termos da legislação em vigor, sendo que o Sr. Futao Huang será eleito para o cargo em Assembleia Geral realizada após a referida concessão de visto. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. (iv) **Aprovou** a indicação do candidato apresentado pelo Diretor Presidente ("CEO") da CPFL Energia, Sr. Futao Huang, para posição de membro do Conselho de Administração do Instituto CPFL. A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à concessão de visto, a ser autorizado nos termos da legislação em vigor, sendo que o Sr. Futao Huang será eleito para o cargo em Assembleia Geral realizada após a referida concessão de visto. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. (v) **Elegeram Sr. Futao Huang** para posição de membro efetivo para o Comitê de Estratégia e Processos de Gestão e para o Comitê de Gestão de Recursos Humanos da CPFL Energia para cumprir mandato até 2021. Em relação a este item, o Sr. Shirong Lyu se absteve de votar por entender haver conflito de interesse. Os demais membros votaram favoravelmente e sem restrições. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida, aprovada e assinada por todos os membros presentes e pelo Secretário. Sr. Bo Wen (Presidente da Mesa), Sr. Shirong Lyu, Sr. Hong Li, Sr. Anselmo Henrique Seto Leal, Sr. Gustavo Estrella, Sr. Antonio Kandir, Sr. Marcelo Amaral Moraes e Sr. Valter Matta (Secretário). Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Campinas, 15 de outubro de 2020. **Bo Wen; Valter Matta - Secretário. JUCESP nº 478.582/20-1 em 12/11/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

TRISUL TRISUL PAULISTÂNIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ nº 31.061.982/0001-55 - NIRE nº 35.235.310.807
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Data, hora e local: Aos 30 (trinta) dias de outubro de 2020, às 10h00min, na sede da sociedade TRISUL PAULISTÂNIA Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade") situada na Avenida Paulista, nº 37, 18º andar, CEP: 01311-902, Paraíso, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos sócios, nos termos do artigo 1.072, § 2º da Lei nº 10.406/02. **Mesa:** Sr. Jorge Cury Neto, Presidente, e Sr. Fernando Salomão, Secretário. **Ordem do Dia:** Autorizar a obtenção de empréstimo e autorização de prestação de garantias. **Deliberações:** Os sócios aprovaram por unanimidade e sem reservas, a obtenção de empréstimo pela Sociedade mediante a assinatura do Contrato de Financiamento Imobiliário - SFH, perante o Banco Bradesco S.A., no valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para a construção de empreendimento no terreno objeto da matrícula nº 155.592 do 10º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP, bem como a prestação de garantia de hipoteca, penhor dos recebíveis e aval e/ou fiança em favor das pessoas físicas que serão detentoras das frações ideais de terreno até a expedição do habite-se. Fica desde já os administradores da Sociedade autorizados a proceder ao quanto necessário para a boa execução das deliberações. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presença:** Mesa: Jorge Cury Neto, Presidente; Fernando Salomão, Secretário. Sócios: Inocul Incorporação e Construção Ltda. e Trisul S/A. São Paulo, 30 de outubro de 2020. **Jorge Cury Neto - Presidente; Fernando Salomão - Secretário. Sócios: Inocul Incorporação e Construção Ltda. - p. Administradores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão. TRISUL S/A - p. Diretores Jorge Cury Neto e Fernando Salomão.** (A presente folha de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião de Sócios de TRISUL PAULISTÂNIA Empreendimentos Imobiliários Ltda., realizada em 30 de outubro de 2020). **JUCESP nº 521.390/20-5 em 08/12/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa

CNPJ 48.832.398/0001-59 - I.E. 482.013.899.118
Edital de Suspensão Temporária de Licitação

Edital: Licitação Pregão Eletrônico nº 0004/2020. **Processo:** nº 1263/2020. **Objeto:** Contratação de empresa especializada, visando a locação e instalação de 01 conjunto gerador e dosador de solução de Hipoclorito de Sódio com mínimo teor de 0,50% de cloro ativo e fornecimento de insumos, a partir da dissociação eletrolítica do cloreto de sódio (sal próprio para eletrólise), para a preparação da salmoura será necessário tanque com capacidade de 1000 L, para destinação de efluente tratado na ETE Quilombo (Estação de Tratamento de Esgoto Quilombo), durante o período de 12 meses. **Declaração:** Tendo em vista a necessidade de readequação das informações contidas no edital da presente licitação, conforme parecer da assessoria jurídica desta Companhia, e decisão do pregoeiro, fica determinada a Suspensão Temporária do processo de Licitação Pregão Eletrônico nº 0004/2020, Nova Odessa, 16/12/2020. **Ricardo Onagaro - Diretor Presidente.** A população de Nova Odessa pagou por este anúncio R\$ 750,00.

Banco Fator S.A.

CNPJ nº 33.844.196/0001-06 - NIRE 35300156803
Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 12/08/2020
Data: 12/08/2020, às 09h. **Local:** Via videoconferência. **Presença:** Representantes do único acionista. A Assembleia foi instalada de forma digital, via videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19). **Mesa:** Presidente: Jorgem Lange. Secretário: Gabriel Muricça Galpelo. **Deliberações:** 1. Aumentar o **Artigo 8º** (caput) do Estatuto Social, em virtude do aumento de capital deliberado em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 13/04/2020, devidamente aprovada pelo Banco Central conforme ofício nº 12.95/2020. Consequentemente o referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 8º** - O capital social é de **R\$300.112.795,00**, dividido em **6.109.028** ações nominativas, sendo **3.054.514** ordinárias e **3.054.514** preferenciais, sem valor nominal estas sem direito a voto e não resgatáveis. 2. Alterar a redação do **Artigo 8º** (§ 5º) e a inclusão do § 11) do Estatuto Social, a fim de dispor acerca da convocação e da forma de direção dos trabalhos nas reuniões do Conselho de Administração. Consequentemente o referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 8º** - O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, que tem a função primordial de fixar as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificando e acompanhando a sua execução. § 1º - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 anos, admitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho de Administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos. § 2º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração, indicará igualmente aquele que deverá servir como Presidente do Conselho. Os membros do Conselho permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a posse de seus substitutos. § 3º - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada para eleger, no prazo máximo de 30 dias, o substituto que completará o restante do mandato do Conselho substituído. § 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas ordinariamente uma vez a cada ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário discutir e deliberar sobre assunto relevante. § 5º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, pelo Diretor Presidente da Sociedade ou ainda pelo Secretário designado pela maioria dos Conselheiros, nos termos do inciso (iii) do § 11, deste artigo, e realizar-se-ão na sede da Companhia. As convocatórias indicarão a respectiva data e hora da reunião e serão entregues a cada membro do Conselho com uma antecedência de, no mínimo, 2 dias úteis. § 6º - As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos Conselheiros eleitos e, em segunda convocação, com qualquer número. Em primeira ou segunda convocação, as reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas se entre os presentes encontrar-se o Presidente do Conselho de Administração. § 7º - Independente das formalidades previstas nos §§ 6º e 7º, será considerada regular a reunião a que comparecerem a totalidade dos membros do Conselho de Administração. § 8º - Cada membro do Conselho terá direito a um voto. Quaisquer matérias de competência do Conselho de Administração deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, além do seu próprio voto, o voto de desempate. § 9º - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. § 10 - Ao término da reunião, deverá ser lavrada a ata no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, a qual deverá ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração fisicamente presentes na reunião. Os votos proferidos por membros do Conselho de Administração que participaram remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão ser igualmente computados no Livro, devendo a cópia da carta ou e-mail, conforme o caso, contendo o voto do membro do Conselho de Administração, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. § 11 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente e secretariadas por: (i) um dos demais Conselheiros; ou (ii) funcionário; ou (iii) terceiro de confiança, designado pela maioria dos Conselheiros. O secretário será responsável pela elaboração e envio da convocação (observado o disposto no § 5º, deste artigo), envio de materiais, lavratura das atas, registros e arquivo (sempre atestando para o previsto no § 10, deste artigo). 3. Para efeito de argumentação na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e assinada. **Assinaturas:** Jorgem Lange - Presidente; Gabriel Muricça Galpelo - Secretário. **JUCESP** nº 521.081/20-8 em 07/12/2020. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

Guide Investimentos S.A.**Corretora de Valores**

CNPJ nº 65.913.438/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGE

Fizem convocados os acionistas para se reunirem, em 1ª convocação, em AGE a ser realizada em 9/02/2021, às 10:00h, via conferência eletrônica através de [link](#) a ser disponibilizado previamente pela Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) discutir e aprovar o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 27.029.588,77, mediante emissão de até (a) 19.939 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 780,02564; e (b) 14.726 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 780,02564 (**Aumento da Capital**); (ii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Sociedade a fim de refletir a aprovação do Aumento de Capital; e (iii) autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalização e execução do Aumento de Capital. Instruções: Os acionistas deverão participar da AGE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que antecede a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico. Registra-se que os documentos a serem discutidos no âmbito da AGE encontram-se à disposição no endereço da sede da Companhia.

São Paulo, 30 de janeiro de 2021

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

HYPERA S.A.

CNPJ nº 02.932.074/0001-91 - NIRE nº 35.300.353.251

Companhia Aberta - Código CVM nº 21431

FATO RELEVANTE

A Hypera S.A. ("Companhia" ou "Hypera Pharma"), em complemento ao Fato Relevante e ao Comunicado ao Mercado divulgados pela Companhia, respectivamente, em 02 de março de 2020 e 20 de janeiro de 2021, vem a público informar que, nesta data, foi concluída a aquisição, pela Companhia, do portfólio selecionado de medicamentos isentos de prescrição ("OTC") e de prescrição na América Latina ("Ativos") da Takeda Pharmaceuticals International AG ("Takeda"). A Companhia também informa que, simultaneamente à aquisição dos Ativos, foi concluída a venda do portfólio de 12 selecionados produtos farmacêuticos de prescrição e OTC no Argentina, Colômbia, Equador, México, Panamá e Peru à Eurofarma Laboratórios S.A., conforme Fato Relevante divulgado em 18 de março de 2020, bem como a venda do produto "Xantinn" à União Química Farmacêutica Nacional S.A., de acordo com o Comunicado ao Mercado divulgado em 25 de setembro de 2020. Com a conclusão dessa operação, a Hypera Pharma reforçará seu portfólio de produtos de prescrição e ampliará de maneira relevante sua liderança no mercado de OTC, passando a deter duas das três maiores marcas de medicamentos OTC do país, de acordo com o IQVIA. A operação coloca a Companhia em posição de disputa pela liderança do mercado farmacêutico brasileiro e reforça seu portfólio único e não replicável de marcas líderes, fortalecendo também sua posição em segmentos estratégicos do mercado. São Paulo, 29 de janeiro de 2021. **Hypera S.A.** Ademar Ghyovatto Sathler do Couto - Diretor de Relações com Investidores.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.880/0001-93 - NIRE 35.300.379.560 - CVM nº 22497

Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração
 Aos 24/12/2020, às 17h, em reunião realizada exclusivamente por meio virtual, em conformidade com o Artigo 15, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Heráclito de Brito Gomes Júnior; e Secretária: Bruna Menezes de Moura. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas: 1. Aprovaram, com base no Artigo 24 do Estatuto Social, o pagamento aos acionistas da Companhia de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 33.954.535,88, equivalentes ao valor bruto de R\$ 0,119719 por ação, cujo pagamento se dará pelo valor líquido de R\$ 0,101761 por ação, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 15% sobre o valor de juros sobre capital próprio, exceto para os acionistas que tiveram tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação, sendo que: 1.1. o montante ora distribuído a título de juros sobre capital próprio será imputado aos dividendos obrigatórios do exercício social de 2020, conforme legislação aplicável; 1.2. os valores por ação são estimados e poderão ser modificados em razão da aplicação de ações no âmbito do Programa de Retomada da Companhia; 1.3. o pagamento de Jucap será realizado em 13/01/2021 e tomará como base de cálculo a posição acionária de 30/12/2020; e 1.4. as ações da Companhia serão negociadas na condição "com" até 30/12/2020, inclusive, e na condição "ex" juros sobre capital próprio a partir de 4/01/2021. 2. Tomaram conhecimento da renúncia do Sr. Arthur Farne d'Amorê Neto ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, para o qual havia sido eleito na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30/04/2020, e cujo mandato se estenderia até o término das demonstrações financeiras do exercício social de 2020, conforme carta recebida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, que, juntamente com os demais membros do Conselho, que registrou o seu profundo agradecimento ao Sr. Arthur Farne pelo profissionalismo, dedicação e alto nível de contribuição prestados à Companhia. 3. Aprovaram, por unanimidade, na forma do Artigo 14, Parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, a eleição do Sr. Ricardo Wagner Lopes Barbosa, RG nº 18.779.054-1, CPF/MF nº 267.330.878-47, como acionista em São Paulo, RG nº 18.779.054-1, CPF/MF nº 267.330.878-47, com a seguinte condição: o Sr. Ricardo Wagner Lopes Barbosa, RG nº 365, parte, Bela Vista, CEP 01313-020, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, pelo prazo restante do mandato unificado de seu antecessor. O conselho ora eleito tomará posse mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, que deverá conter as declarações previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (**Lei das S.A.**), bem como na Instrução CVM nº 387/02. **Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata, foi assinada por todos. São Paulo, 24/12/2020. **Presidente:** Heráclito de Brito Gomes Júnior; **Secretária:** Bruna Menezes de Moura. **Membros presentes do Conselho de Administração:** Heráclito de Brito Gomes Júnior, Mauro Teixeira Sampaio, Otávio de Garcia Lazzano, Murilo Ramos Neto, Roberto Martins de Souza e Bernardo Damasceno Rodenburg. Extrato da ata. São Paulo, 24/12/2020. Bruna Menezes de Moura - Secretária. JUCESP nº 40.30621-5 em 28/01/2021. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

Good Weather Participações e Empreendimentos Imobiliários - Eireli

CNPJ nº 13.058.227/0001-10

REDUÇÃO DE CAPITAL

Em 01/09/2020, às 16:00 horas, na sede da empresa, em São Sebastião/SP, na Rua Marquês, 227 - Maresias - CEP 11628-652. Empresa: Good Weather Participações e Empreendimentos Imobiliários - Eireli, empresa individual de responsabilidade limitada, CNPJ nº 13.058.227/0001-10, conforme ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 30/08/2019 com NIRE nº 35.502.919.915, representada por seu titular Sergio Nicolau Nasser Ricardi, brasileiro, industrial, divorciado, residente e domiciliado nessa Capital de São Paulo na Av. Juri, 73, apto. 121 A - Vila Uberlândia - CEP 04520-000, portador do RG nº 7.849.443/SS-SP e CPF nº 997.604.528-04, resolveu reduzir o capital social, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, alterando o capital social, totalizando o capital social integralizado da Companhia, conforme como propriedade da Pessoa Física, Sergio Nicolau Nasser Ricardi, e que 3 (três) automóveis foram vendidos, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 8.002.970,23 (Oito milhões, dois mil, novecentos e setenta reais e vinte e três centavos), reduziu para R\$ 72.007,31 (Setenta e dois mil, sete reais e trinta e um centavos), mantendo apenas 1 (um) automóvel no capital, e na mesma alteração aumentou para R\$ 427.507,31 (Quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e sete reais e trinta e um centavos) o capital social integralizado da Companhia, conforme consta na alteração contratual. Decisão tomada pelo titular e sem qualquer restrição, que foi lida, aprovada e assinada pelo titular, Sr. Sebastião, 01 de setembro de 2020. Sergio Nicolau Nasser Ricardi - Titular

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**Companhia Aberta**

CNPJ/MF nº 06.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Em 30/12/2020, às 09h00, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Avaré, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. **Presença:** Participação da totalidade dos conselheiros eleitos, por meio de conferência telefônica. **Mesa:** Presidente: Nicoló Caffo, e Secretário: Marcelo Lucon. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o pagamento aos acionistas de dividendos intermediários de 2020. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31/12/2020, com base em balanço levantado em 31/10/2020, no valor de R\$ 5.000.000,52, ou seja, R\$ 0,00678689 por ação ordinária integralizada do capital social integralizado da Companhia. Fica a diretoria da Companhia autorizada a todo e qualquer ato para a formalização do ora deliberado, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 30/12/2020. Presidente: Nicoló Caffo. Secretário: Marcelo Lucon. Conselheiros: Marco Antônio Cassou, João Alberto Gomes Bemachio, Alberto Rubegni, Marcello Guidotti, Nicoló Caffo e Marcelo Lucon. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Marcelo Lucon - Secretário. JUCESP nº 36.223-21-9 em 21/01/2021. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

Macotera S.A.

CNPJ/MF nº 74.473.661/0001-70 - NIRE 35.300.134.464

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

De acordo com o que estabelece o Alvará Judicial expedido na Ação de Interdição com pedido de antecipação dos efeitos da tutela provisória de urgência proposta perante a 1ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo sob o nº 1129130-06.2020.8.26.0100, ficam os senhores acionistas da Macotera S.A., convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e realizar as 15.000 do dia 29 de janeiro de 2021, a ser realizada na sede da Companhia, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) eleição de novo Diretor Presidente em razão da interdição da Sra. Márcia Yvette Sanchez Bouri; e (ii) revogação das procurações outorgadas pela Companhia. São Paulo, 29 de janeiro de 2021. **Mirela Bouri Bernardini Casinhas** - Curadora Provisória da Sra. Márcia Yvette Sanchez Bouri - Sócia da Companhia.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**Companhia Aberta**

CNPJ/MF nº 06.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Em 18/12/2020, às 10h00, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Bairro Avaré, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, na Cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. **Presença:** Participação da totalidade dos membros dos conselheiros eleitos, por conferência telefônica. **Mesa:** Presidente: Nicoló Caffo; e Secretário: Marcelo Lucon. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a autorização para celebração do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas ECS - CTR - CT 00004/20 entre a Companhia, a ECOM50 Concessionária de Rodovias S.A. e a Concessionária Ecorodovias do Cerrado S.A., cujo objeto é o compartilhamento das custos e despesas incorridos pelos projetos com os colaboradores e diretores indicados no anexo I do contrato e o rateio dos custos e despesas a elas correspondentes (**Contrato**). **Deliberações:** Nos termos do Artigo 14, inciso XI do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o conselho de administração aprovou a celebração do Contrato, bem como posteriores novos aditamentos ao contrato, desde que não importem em variação de valor superior a 20% em relação ao inicialmente contratado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 18/12/2020. Presidente: Nicoló Caffo. Secretário: Marcelo Lucon. Conselheiros: Nicoló Caffo, Alberto Rubegni, Marco Antônio Cassou, João Alberto Gomes Bemachio, Marcelo Lucon e Marcello Guidotti. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Marcelo Lucon - Secretário. JUCESP nº 36.865-21-7 em 21/01/2021. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

Acta Holding S.A.

CNPJ/MF nº 31.149.621/0001-65 - NIRE 35.300.519.655

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01/12/2020

Data, Hora e Local: 01/12/2020, 14h, na sede social. **Convocação e Presença:** Totalidade, dispensadas as formalidades de convocação. **Mesa:** Presidente: Caio César de Arruda Mesquita e secretário, Pedro Henrique Fogaça Santos. **Deliberações:** Após a análise dos Rios constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovar a reeleição dos membros do Conselho de Administração, os Srs. (i) Caio César de Arruda Mesquita, RG nº 11.850.849 SSP/SP e CPF/MF nº 078.119.618-30, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Rodolfo Cime Amstalden, RG nº 29.423.195-X SSP/SP e CPF/MF nº 319.421.128-58, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (iii) Felipe Abi-Acl de Miranda, RG nº 34.317.978-3 SSP/SP e CPF/MF nº 319.321.946-78, para o cargo de membro do Conselho de Administração, os quais permanecerão investidos em seus respectivos cargos pelo prazo de 2 anos. **Encerramento:** Nada mais. Acionistas presentes: Caio César de Arruda Mesquita, Rodolfo Cime Amstalden, Felipe Abi-Acl de Miranda, Daniel Francisco José Brainer Soefsky Kise, Roberto Pires Altenhofen Pereira, Thiago Taira Konichi, Beatriz Nantes, Olivia Costa Alonso, Daniel Cime Amstalden, Ricardo Rodrigo Marino Tozo, Thiago Rachid Cambria e Thiago Quaresma Veras. São Paulo, 01 de dezembro de 2020. **Mesa:** Caio César de Arruda Mesquita - Presidente; Pedro Henrique Fogaça Santos - Secretário. JUCESP nº 543.713/20-9 em 21/12/2020. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

Acta Holding S.A.

CNPJ/MF nº 31.149.621/0001-65 - NIRE 35.300.519.655

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 19/11/2020

Data, Hora e Local: 19/11/2020, 11h30 em SP/SP, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 17º, Itaim Bibi. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Caio César de Arruda Mesquita e Secretário: Ricardo Rodrigo Marino Tozo. **Deliberações:** (a) **Aprovação:** sem quaisquer emendas ou ressalvas, nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., das contas da diretoria e demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019. (b) **Ato contínuo, restou aprovada** a de lucros acumulados e constituição de reserva legal, nos seguintes termos: "O lucro líquido no exercício de 2019 foi de R\$58.006.041,28, o qual, após a absorção dos prejuízos acumulados de períodos anteriores, resultou em lucros acumulados no total de R\$ 5.675.948,35. Desses montantes, R\$1.606.417,00 já haviam sido distribuídos de forma antecipada, conforme deliberado na AGE de 05/07/2019, e R\$306.544,03 constituíram a Reserva Legal da Companhia; • O saldo remanescente de lucros acumulados, correspondente a R\$3.762.967,32, serão distribuídos aos acionistas. **Encerramento:** Nada mais havendo. **Assinaturas:** Srs. Caio César de Arruda Mesquita (Presidente), Ricardo Rodrigo Marino Tozo (Secretário), Acionistas Presentes: Caio César de Arruda Mesquita, Rodolfo Cime Amstalden, Felipe Abi-Acl de Miranda, Daniel Francisco José Brainer Soefsky Kise, Roberto Pires Altenhofen Pereira, Thiago Taira Konichi, Beatriz Nantes, Olivia Costa Alonso, Daniel Cime Amstalden, Ricardo Rodrigo Marino Tozo, Thiago Rachid Cambria, Thiago Quaresma Veras. Concluído com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo, 19 de novembro de 2020. **Mesa:** Caio César de Arruda Mesquita; Ricardo Rodrigo Marino Tozo. JUCESP nº 544.011/20-0 em 21/12/2020. Gisela Siliama Ceschin - Secretária Geral.

SURA - SEGUROS SURA S.A.

CNPJ nº 33.065.698/0001-27 - NIRE 35.300.511.577

AVISO AOS ACIONISTAS

A SEGUROS SURA S.A. ("SURA") vem informar aos seus acionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 171 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que em 22 de janeiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia de até R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), mediante a emissão de até 9.634.551 (nove milhões e seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal ("Ações") para subscrição privada, ao preço de, aproximadamente, R\$ 6,02 (seis reais e dois centavos) por Ação. O prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das ações terá início em 30 de janeiro de 2021 e o término em 29 de abril de 2021. O prazo para subscrição das ações será de 1 (um) dia contado da data de encerramento do prazo para exercício do direito de preferência acima indicado. Os acionistas que optarem por exercer seu direito de preferência, deverão comparecer à sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP, para assinarem o Boletim de Subscrição, na proporção de sua participação no capital social, e efetuarem a respectiva integralização.

B&P Administração de Bens Ltda.

CNPJ/MF nº 02.995.786/0001-50 - NIRE 35.215.003.183

Extrato da Ata de Reunião de Sócios em 11 de Dezembro de 2020
Data, Hora, Local: 11.12.2020, às 10h, na sede social, Avenida Doutor José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 214, sala 142, Condomínio SPT Galleria, Campinas/SP. **Presença:** totalidade do capital. **Mesa:** Presidente: Wagner Bisco; Secretária: Marise Aparecida Penteado Bisco. **Deliberações:** Aprovadas: (i) a redução do capital social, por ser excessivo ao seu objeto social, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, no montante de R\$ 877.767,47, passando o capital das atuais R\$ 3.739.464,00 para R\$ 2.861.696,53, com o cancelamento de 877.767 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, sendo certo que a redução do capital social dar-se-á mediante o cancelamento de quotas subscritas e não integralizadas do capital social; e (ii) autorizar e determinar aos administradores a prática de todas as medidas necessárias. Os sócios concordes, por ser excessivo ao seu objeto social, a redução do capital e decorridos 30 dias contados da data de publicação, será promovida a alteração do contrato social. **Encerramento:** Nada mais. **Sócios:** Felipe Wagner Penteado Bisco, Frederico Luis Penteado Bisco, Lucas Penteado Bisco, Marise Aparecida Penteado Bisco, Silius Investment Service Ltd. - (p.p. Frederico Luis Penteado Bisco)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24.09.2018

a delegação, somente poderá reunir com a presença de pelo menos 75% de seus membros, sendo que as decisões serão tomadas por maioria, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate. § 3º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, conferência call, videoconferência ou outros meios similares de comunicação. Tal participação será considerada presente pessoal em referência reunido. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, ou por e-mail digitalmente certificado. § 4º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada a ata no Livro Registros das Atas, cuja redação ficará sob responsabilidade dos membros fiscais existentes na ocasião. Os demais proferidos por Diretores que participaram remotamente da reunião da Diretoria deverão ser igualmente computados no Livro, devendo a cópia da carta, ou e-mail, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 11** - A Diretoria é um órgão executivo da Sociedade, devendo administrá-la de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com observância da Lei, das disposições constitucionais nestas estatutas, particularmente do previsto no artigo 9º acima, observando-se a divisão de tarefas estabelecidas nos parágrafos subsequentes. § 1º - Compete ainda à Diretoria: **a)** zelar pela observância da Lei e desse Estatuto; **b)** cumprir e fazer cumprir todas as deliberações tomadas nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; **c)** administrar, gerir e superintender os negócios sociais; **d)** submeter anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, relatório sobre o desempenho financeiro, econômico, social e ambiental da entidade; **e)** apresentar, pendentes, bem como a proposta de orçamento para o exercício seguinte; **f)** desenvolver a política salarial da Sociedade a ser aprovada pelo Conselho de Administração; **g)** praticar todos os demais atos dentro de gestão; e **h)** designar e destituir o Ovidor. § 2º - São atribuições exclusivas do Diretor Presidente: I - Dirigir e superintender todos os negócios e operações da Sociedade, zelando pelo desempenho harmônico das diretorias mediante o cumprimento das políticas e diretrizes definidas; II - Responsabilizar-se diretamente pelas carteiras comercial e de investimentos da Sociedade; III - Convocar e Presidir as reuniões de Diretoria; IV - Dirigir e superintender outras atividades que, residualmente, não estejam na esfera de atuação dos demais Diretores da Sociedade; V - Dirigir e superintender atividades que permitam à Sociedade o cumprimento de sua responsabilidade social; e VI - Responsabilizar-se pela regularidade da Unidac. § 3º - Os Diretores são designados especificamente para o mandato fixado no artigo 20º acima, pelo prazo de cinco anos, podendo ser reeleitos. Quando representados pela Sociedade, ativamente e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o disposto nos parágrafos desta apólice, competirá indistintamente a qualquer dos Diretores ou ao procurador constituído para tal fim. § 4º - Os documentos e atos que envolverem responsabilidade para com a Sociedade ou que exonerarem terceiros de responsabilidade para com esta, inclusive contratos, cheques e notas promissórias, suas emissões e endossos, letras de câmbio, seus aceites, emissões e endossos, instrumentos de custódia e caução de títulos serão obrigatoriamente assinados por 2 Diretores em conjunto, ou por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador ou, ainda, por 1 ou mais procuradores, nos limites dos poderes constantes dos respectivos instrumentos de mandato. § 2º - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou empregados da Sociedade que sejam estranhos ao objeto e aos negócios da Sociedade. § 3º - Para a constituição de prorrogação, ou substituição temporária do Diretor Presidente, o Conselho de Administração reunir-se-á e indicará o substituto em ato próprio, o qual cumulará as funções do cargo vago. § Único - No caso de ausência ou impedimentos temporários dos demais Diretores, o Diretor Presidente, acumulará as funções do Diretor ausente ou impedido ou designará entre os membros remanescentes o substituto interino. **Artigo 14** - Os Diretores serão remunerados da seguinte forma: **a)** com os honorários fixos que lhes forem atribuídos pela Assembleia Geral; e **b)** com uma participação de até 10% dos lucros do exercício, observado o disposto no § 1º do artigo 152, da Lei nº 6.404/76, fixada pela Assembleia Geral, atribuindo globalmente aos Diretores para ser entre eles distribuída, a critério da Diretoria. **Capítulo VI - Conselho Fiscal:** **Artigo 15** - O Conselho Fiscal, que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, será composto de, no mínimo, 3 e no máximo 5 membros efetivos e de suplentes, cujo número, que se aplicarão sucessivamente, será determinado pelo Conselho de Administração. O Conselho Fiscal será formado por membros eleitos pelo Conselho Fiscal, sendo fixada pela Assembleia Geral a quem eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício a 1/10 da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada a participação nos lucros. **Artigo 16** - Ao Conselho Fiscal cabem as atribuições, deveres e responsabilidades definidos em lei. § Único - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de voto e obrigatoriamente transcritas no livro de Atas de Reuniões do mesmo órgão. **Capítulo VII - Comitê de Auditoria:** **Artigo 17** - O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 integrantes, pessoas físicas residentes no país, sendo um Presidente e os demais Membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração. § 1º - O Comitê de Auditoria não terá mandato fixo. § 2º - A reunião do Conselho de Administração que eleger o Comitê de Auditoria, deverá designar seu Presidente. § 3º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração. § 4º - O Comitê de Auditoria terá atribuições, inclusive, mas não limitadas, às seguintes: I - emitir parecer sobre a veracidade das informações financeiras, operacionais e de controle, cuja validade devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas; II - recomendar, à administração do banco, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considero necessário; III - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; IV - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao banco, além de regulamentos e códigos internos; V - avaliar o cumprimento, pela administração do banco, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; VI - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; VII - recomendar, à diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações e investigações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX - verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria; X - reunir-se com o conselho fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI - outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Capítulo VIII - Assembleia Geral:** **Artigo 18** - A Assembleia Geral é convocada pelo Conselho de Administração, observado os preceitos legais na respectiva convocação. **Parágrafo Único** - Será necessária a realização de Assembleia Geral para autorizar a alienação de participação societária relevante pertencente à Sociedade. **Artigo 19** - Nas Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência dele, por um dos membros do Conselho de Administração, que convidará um de seus pares, ou o Diretor Presidente para secretariá-lo. **Artigo 20** - O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por administrador da Sociedade ou por advogado. **Capítulo IX - Ouvidoria:** **Artigo 21** - A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições: I - prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II - analisar e responder as reclamações decorrentes de atendimentos primários das Instituições do Conglomerado; II - atuar como canal de mediação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços; inclusive na resolução de conflitos; e III - informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria. **Artigo 22** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: I - atender, registrar, analisar, avaliar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; IV - manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições do Conglomerado; V - elaborar relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Artigo 23** - O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado. § Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 21 e 22. **Artigo 24** - Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Artigo 25** - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atribuições. **Artigo 26** - O Conselho de Administração estabelecerá a política de remuneração da Ouvidoria. O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 06 integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração e estará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"). § 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 anos, vedada a permanência de integrante no Comitê por prazo superior a 10 anos. § 2º - O Comitê de Remuneração deverá: I - reportar-se diretamente ao Conselho de Administração; II - ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Sociedade; e III - ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões econômicas e sociais. **Artigo 27** - O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, o inteiro ou parte do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 anos. § 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê ficou reduzido a menos de 3 membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído. **Parágrafo 5º** - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será devidamente instalada com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 27** - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração: I - Elaborar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e destituição; II - Supervisionar a implementação das políticas de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado; III - Revisar anualmente a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; IV - Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 1976; V - Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; VI - Analisar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e VII - Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação da CVM. **Artigo 28** - A Assembleia Geral aprovará, anualmente, a política de remuneração da instituição, com base no plano de metas e indicadores a serem alcançados durante o ano, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 anos. **Capítulo XI - Exercício Social, Lucros e Dividendos:** **Artigo 29** - O exercício social coincidirá com o calendário

continuação
ao civil, terminando em 31 de dezembro. § 1º - A trinta de junho e a trinta e um de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração das Demonstrações Financeiras, na forma da lei. § 2º - Fica facultado à Sociedade levantar balanços em 31 de março e 30 de setembro, podendo pagar dividendos por conta de lucros apurados nessas balanços, com observância das regras aplicáveis e previstas na legislação vigente para os balanços de final de exercício. **Artigo 30** - Levantado o balanço com observância das normas legais, os lucros líquidos apurados terão a seguinte destinação: (a) 5% do lucro líquido será levado para a conta de Reserva Legal até que esta alcance a importância correspondente a 20% do capital social; (b) a importância correspondente a 3% sobre o valor da ação, considerando-se o capital social, será destinada ao pagamento do dividendo preferencial assegurado a esta classe de ações. Se o remanescente dos lucros líquidos, depois da dedução prevista na letra "a" supra, não for suficiente para o pagamento do dividendo preferencial assegurado a esta classe de ações, ser-á-á partilhado o total do saldo obrigatoriamente; (c) 25% do lucro líquido para o pagamento do dividendo obrigatório, compensados os dividendos prioritários já atribuídos às ações preferenciais, sem prejuízo do disposto no § 3º do artigo 20 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/01; e (d) o saldo do lucro líquido do exercício, verificado após as deduções acima, será destinado à Reserva Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: I - absorção do prejuízo, sempre que necessário; II - distribuição de dividendos, a qualquer momento; III aumento do capital social. § 1º - A Reserva

Estatutária mencionada na alínea "d" do caput deste Artigo é limitada a 80% do capital social. Ultrapassado este limite a Assembleia Geral, no primeiro concluído que se realizar, deverá dar uma destinação ao excesso verificado. § 2º - O saldo total das reservas de lucros, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social integralizado. § 3º - O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio nos termos do artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório e do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais. § 4º - Os prejuízos ou parte deles poderão ser absorvidos pelos acionistas, mediante rateio, a ser distribuído a cada ação em que se divida o capital social, após a absorção dos saldos existentes em lucros acumulados, reservas de lucros e reservas de capital, nesta ordem. **Artigo 31** - Sem prejuízo da obrigatoriedade do levantamento do balanço de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, a que se refere o § 1º do artigo 29 desta estatuto, a Diretoria determinará o levantamento de balanços mensais, com observância das regras contábeis fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. **Artigo 32** - O Conselho de Administração tem poderes para determinar a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, dentro dos limites legais e "ad-referendum" da assembleia geral de acionistas que aprovar as contas daquele exercício social. **Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 24.09.2018. Banco Fator S.A.** - Gabriel Murica Galpão - Diretor Presidente; Luiz Fernando Gusmão Wellisch - Diretor Executivo de Operações.

Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.

(Em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Aos 24/09/2018, às 10 horas, na sede social da **Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.904, sala 05, CEP: 01452-000. **Convocação:** Em virtude do comparecimento dos subscritores do capital social total da Companhia, foi dispensada a convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"). **Presença:** Presentes a totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, a saber, **RS Morizono Empreendimentos e Participações Ltda.**, representada por sua administradora, Sra. Meire Yasue Fukuguti; e **R.L. Morizono Administração de Bens e Participações Ltda.**, representada por seu administrador, Sr. Yoshimi Morizono, devidamente qualificados nos boletins de subscrição que constituem o Anexo II da presente ata. **Mesa:** Presidente: Yoshimi Morizono; Secretária: Meire Yasue Fukuguti. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a constituição da **Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.**; (ii) a subscrição de ações da Companhia e o valor do capital social; (iii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (v) a escolha dos jornais nos quais serão efetuadas as publicações previstas em lei; e (vi) a aprovação da remuneração dos membros da Administração. **Deliberações:** Uma vez abertos os trabalhos, foi deliberado pelos subscritores da Companhia, por unanimidade, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (a) aprovar que esta ata seja lavrada sob a forma de sumário, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades Anônimas; (b) aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.904, sala 05, CEP: 01452-000; (c) aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas neste ato, de acordo com os boletins de subscrição e os recibos de depósito que constituem os Anexos II e III desta ata, respectivamente; (d) aprovar o Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo I desta ata, dando-se assim por efetivamente constituída a **Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.** em razão do cumprimento das formalidades legais; (e) eleger para integrar a Diretoria da Companhia e exercer a administração da Companhia, de modo isolado e independentemente da ordem de nomeação, com mandato de 02 anos, o Sr. Yoshimi Morizono, brasileiro, separado judicialmente, empresário, RG nº 3.238.735, SSP/SP e CPF/MF nº 255.016.238-20, e a Sra. Meire Yasue Fukuguti, brasileira, divorciada, engenheira, RG nº 17.698.212-0, SSP/SP e CPF/MF nº 268.698.578-24, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo/SP, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.904, CEP: 01452-000. Os Diretores ora eleitos firmaram o respectivo Termo de Posse, na presente data, na forma do Anexo IV. Os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; (f) aprovar como órgãos de publicação da Companhia os jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário Comercial; e (g) aprovar que a Diretoria ora eleita não receberá remuneração anual, tendo em vista que os diretores acima mencionados abdicaram de qualquer remuneração oriunda do exercício do cargo de diretor da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo, 24/10/2018. **Yoshimi Morizono - Presidente;** **Meire Yasue Fukuguti - Secretária.** **RS Morizono Empreendimentos e Participações Ltda.** Nome: Meire Yasue Fukuguti - Cargo: Administradora; **R.L. Morizono Administração de Bens e Participações Ltda.** Nome: Yoshimi Morizono - Cargo: Administrador; **Fernanda Sanchi Pinheiro Soares - OAB/SP 267.143. JUCESP/NIRE S/A nº 3530052753-4 em 01/11/2018.** Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral. **Estatuto Social da Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Companhia.** **Artigo 1º** - A sociedade denomina-se **Bela Luna Empreendimentos Imobiliários S.A.**, doravante estruturada sob a forma de sociedade anônima ("Companhia"), regendo-se pelas disposições contidas nesse Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 19º andar, conjunto 1.904, sala 05, CEP: 01452-000, podendo mediante deliberação da Diretoria abrir e encerrar escritórios, agências, filiais, depósitos, estabelecimentos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto principal e exclusivo a administração, gestão, administração, de que natureza, de bens próprios, (b) locação de bens imóveis próprios, (c) compra e venda de imóveis, e (d) participação societária em outras sociedades de natureza imobiliária, como sócia ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital e das Ações.** **Artigo 5º** - O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **Artigo 6º** - Cada ação dará a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Assembleia Geral.** **Artigo 7º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, mediante convocação na forma prevista no Estatuto, observadas, em qualquer caso, os procedimentos legais. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos acionistas ou representantes dos acionistas, escolhidos pelos presentes, o qual poderá para este efeito convocar a Assembleia para os trabalhos. § 1º - A Assembleia Geral será convocada por acionistas representando a maioria do capital social, ou por um Diretor da Companhia, nos termos disposto no Artigo 124 da Lei das Sociedades Anônimas, mediante editais de convocação publicados na imprensa. Considerar-se-á regularmente instalada, independentemente de convocação, a Assembleia à qual comparecerem a totalidade dos acionistas. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral serão válidas se aprovadas por votos emitidos pela maioria absoluta das ações detidas pelos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei que requerem quórum específico de deliberação. § 3º - Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. § 4º - A Companhia poderá transformar em ações a propriedade de ações de acionistas titulares de mais da metade das ações com direito a voto. **Artigo 9º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seus representantes legais, ou por procurador nos termos do artigo 126, §§1º e 2º da Lei das Sociedades Anônimas, desde que o instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia até 24 horas antes da data de sua realização. Compromete-se o acionista a comunicar à Companhia toda e qualquer alteração na sua representação legal, enviando os correspondentes atos societários para arquivamento na sede da Companhia. **Artigo 10** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 51% do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número. **Capítulo IV - Da Administração da Companhia e da Diretoria.**

Artigo 11 - A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 12** - A Companhia é administrada por uma Diretoria composta de 2 Diretores, com poderes para exercer a administração da Companhia, de modo isolado e independentemente da ordem de nomeação. Os diretores da Companhia serão eleitos em Assembleia Geral de acionistas. § 1º - O prazo de mandato da Diretoria é de até 02 anos, admitida a reeleição, ficando dispensados da prestação de caução ou qualquer garantia da gestão. A remuneração dos membros da Diretoria será aprovada pela Assembleia Geral. § 2º - Em caso de ausência não superior a 30 dias de um Diretor, caberá ao Diretor remanescente cumular as atribuições do Diretor substituído, observadas as regras específicas constantes no presente Estatuto Social. § 3º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 dias, exceto se autorizada pela Assembleia Geral, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no § 4º deste artigo. § 4º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de qualquer Diretor, será convocada Assembleia Geral para que no prazo máximo de até 90 dias corrija a conta da data de vacância/impedimento definitivo, seja preenchido o cargo. § 5º - Os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Artigo 13** - A Diretoria é órgão executivo da administração, cabendo-lhe, dentro do âmbito traçado pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Companhia. A Diretoria fica, para este fim, investida de poderes para praticar, conforme as atribuições de cada Diretor e observados os deveres e obrigações legais inerentes aos mesmos, os atos a seguir enumerados e, observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social, bem como as deliberações da Assembleia Geral. § 1º - Compete à Diretoria: (a) fixar a política administrativa e financeira, bem como deliberar sobre a orientação dos negócios fixada pelos Acionistas, organizando planos gerais do desenvolvimento da Companhia; (b) determinar as providências que assegurem a rigorosa execução das suas resoluções; (c) representar a Companhia perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público; (d) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observando o previsto no Artigo 12 deste Estatuto Social; (e) autorizar a instalação em qualquer parte do território nacional de filiais, dependências, escritórios, ou fazer cumprir este Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais; (f) adquirir, alienar e dar bens móveis ou imóveis da Companhia em garantia e nomeá-los a penhora, desde que (i) pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das atividades da Companhia, ou (ii) seja em favor de terceiros integrantes de seu grupo societário, sem haja necessidade de aprovação prévia em Assembleia Geral; (g) contratar financiamentos bancários ou qualquer outra operação de crédito, e ainda a celebração de contratos e outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições públicas ou privadas, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das atividades da Companhia, outorgando as garantias reais e fiduciárias que se fizerem necessárias, inclusive em favor de terceiros integrantes de seu grupo societário, sem que haja necessidade de aprovação prévia em Assembleia Geral. **Artigo 14** - A Companhia poderá ser representada por procuradores nomeados por qualquer Diretor. O instrumento de mandato deverá especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terá um período de validade limitado ao máximo de 1 ano. **Artigo 15** - Eventual participação na administração nos lucros será determinada pelo Conselho Fiscal. **Artigo 16** - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização da Companhia, na mesma oportunidade em que forem aprovadas as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal.** **Artigo 16** - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização permanente, que somente será instalado pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas, observado o disposto no artigo 161 da Lei das Sociedades Anônimas. **Artigo 17** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 membros eleitos e suplentes em igual número, e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 1º - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. § 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos definitivos, faltas ou em caso de vacância, pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Aplicações.** **Artigo 18** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. § 1º - A Companhia poderá, mediante deliberação dos acionistas, levantar balanços intermediários ou intercalares; (f) observar e distribuir os lucros apurados em cada exercício social, no respectivo período. **Artigo 19** - No final de cada exercício serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração de Resultados do Exercício; (iii) Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; e (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa. § 1º - As demonstrações financeiras juntamente com o relatório dos auditores externos, se houver, deverão refletir corretamente a situação financeira da Companhia, devendo ser preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados em bases consistentes. § 2º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. § 3º - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. § 4º - Do lucro líquido do exercício, será destinada a parcela de 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social. § 5º - O saldo remanescente ficará à disposição dos acionistas, que decidirão em Assembleia Geral ordinária sobre a destinação dos lucros apurados e a parcela destinada à distribuição de dividendos aos acionistas, se houver, considerando o mínimo de 1% como dividendo obrigatório, observado o disposto nos artigos 20 a 22 da Lei das Sociedades Anônimas, pagável no prazo de até 60 dias a contar da data de sua declaração. § 6º - Observado o disposto no "caput" deste artigo, os acionistas poderão deliberar o pagamento de juros calculados sobre o capital próprio, na forma da lei. O valor pago a esse título será considerado como antecipação dos lucros a serem distribuídos. § 7º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescreverão e reverterão em benefício da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação da Companhia.** **Artigo 20** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. § Único - Cabe à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação. **Artigo 21** - A Companhia poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação dos sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, em caso em que o administrador ou os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **Capítulo VIII - Foro.** **Artigo 22** - Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste estatuto social, fica desde já eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Capítulo IX - Disposições Gerais.** **Artigo 23** - As publicações ordenadas pela Lei da S.A. serão realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial. **Artigo 24** - Os princípios e regras instituídos pela Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis às sociedades por ações regularão os casos omissos no presente Estatuto. Acionistas: **RS Morizono Empreendimentos e Participações Ltda.** - Por: Meire Yasue Fukuguti - Cargo: Administradora; e **R.L. Morizono Administração de Bens e Participações Ltda.** - Por: Yoshimi Morizono; Cargo: Administrador.

IOCHPE-MAXION S.A.

CNPJ/MF nº 61.156.113/0001-75 - NIRE 35.300.014.022

Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2018

1. **Data, Hora e Local:** Aos 19 dias do mês de dezembro de 2018, às 17:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146 - 13º andar. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do § 2º do artigo 26 do estatuto social da Companhia, ficando consignada a presença dos Conselheiros na forma facultada no § 3º do referido artigo. Participou, ainda, da reunião a Sra. Flávia Senna Handel, diretora jurídica corporativa da Companhia. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Iochpe. Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. 4. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o seguinte: 4.1. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário. 4.2. **Regimento Interno do Conselho de Administração:** Após análise e discussão da minuta do novo regimento interno do Conselho de Administração da Companhia, que foi previamente disponibilizada aos Conselheiros, estes aprovaram o referido regimento, o qual entrará em vigor na presente data, nos termos do Anexo I à presente Ata. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo presidente da mesa, pelo secretário e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 19 de dezembro de 2018. **Assinaturas:** Dan Iochpe - Presidente; Ademares Branco Pereira - Conselheiro; Conselheiros: Dan Iochpe; Sergio Luiz Silva Schwartz; Gustavo Berg Iochpe; Nildemar Scheuch; Leandro Kolodny; Luiz Antônio Corrêa Nunes Vinagre; Roberto Carlos Vinagre; Carlos Alberto Nolasco; Itoy Brochmann Iochpe. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Dan Iochpe - Presidente da mesa; Flávia Senna Handel - Secretária. JUCESP - Certificado que foi registrado sob nº 600.530/18-8 em 28/12/2018. (i) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 09/01/2019 08:51:07.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB8794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[Ticket: 29169578] - www.imprensaoficial.com.br

Banco Fator S.A.

CNPJ nº 33.644.196/0001-06 - NIRE 35300156803

Ata da Reunião do Conselho de Administração em 24.09.2018

Data: 24/09/2018, às 14h. **Local:** Sede social, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017 - 12º andar - Itaim Bibi - SP/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Walter Appel. Secretário: Marco Antonio Bologna. **Deliberações:** Deliberaram o que segue: 1. Aprovar o remanejamento de cargo dos diretores, conforme abaixo especificado:

Diretor	Cargo Anterior	Cargo Atual
Luiz Fernando Gusmão Wellisch	Diretor Executivo de Operações	
Gilberto Teruhiko Morizono	Diretor de Risco e Compliance	Diretor sem designação específica
Marcello Froldi Negro	Diretor de Tesouraria	
Paulo Vellani de Lima	Diretor da Administração Fiduciária	

1.1. O mandato dos diretores, ora remanejados, se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2020. 2. Tendo em vista as alterações acima aprovadas, ratifica-se a atual composição da Diretoria da sociedade, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na RCA que suceder a AGO que se realizará no ano de 2020, a saber:

Diretor	Cargo
Gabriel Murica Galpão	Diretor Presidente
Luiz Fernando Gusmão Wellisch	
Gilberto Teruhiko Morizono	Diretor sem designação específica
Marcello Froldi Negro	
Paulo Vellani de Lima	

Encerramento: Nada mais a tratar, lavrou-se a ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 24/09/2018. **Walter Appel** - Presidente; **Marco Antonio Bologna** - Secretário. JUCESP nº 581.158/18-0 em 13/12/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

UBL Participações e Empreendimento S/A

CNPJ (MF) 23.495.201/0001-02 - NIRE nº 35.300.483.51-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária em 30 de Novembro de 2018

Aos 30/11/18, às 10:00h, na sede social, Fazenda União Batatais, s/nº, sala 1, Zona Rural, Caixa Postal 82, em Batatais/SP, reuniram-se em AGO, de acordo com o § único do artigo 131 da Lei nº 6.404 de 15/12/76, os acionistas da UBL Participações e Empreendimentos S.A., representando a totalidade do Capital Social, preenchido assim o quórum de instalação, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Sr. Bernardo Biagi, convidou para secretário o acionista Sr. Lourenço Biagi, ficando assim constituída a mesa. Instalada a Assembleia, o Sr. Presidente, após agradecer a presença dos senhores acionistas, pessoal e expressamente convocados, dispensadas outras formalidades de convocação, de acordo com o estabelecido no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, solicitou a leitura da ordem do dia, que é a seguinte: I) Reeleger os membros da diretoria para o triênio 2018/2021; II) Deliberar a respeito do funcionamento do Conselho Fiscal e eventual eleição de seus membros. Prosseguindo, foram colocados em discussão os itens da pauta e após ampla apreciação e discussão a Assembleia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas e restrições, tomou as seguintes deliberações: I) Reeleger por unanimidade os seguintes membros da Diretoria para o triênio 2018/2021, cujo mandato expirar-se-á na AGO a ser realizada no ano 2021, conforme declaração de posse e desimpedimento: **Diretor Presidente** - **Bernardo Biagi**, RG nº 5.639.234-5 - SSP-SP e CPF-MF nº 020.351.479-59; **Diretor** - **Lourenço Biagi**, RG nº 13.768.912-3 - SSP/SP e CPF-MF nº 062.624.508-74; II) Deliberou pelo não funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício vigente. Nada mais havendo a tratar e com o voto de todos os presentes, convidou para secretário a Assembleia para que se lavvasse a presente ata. Reaberta a sessão, foi esta lida e achada conforme, indo assinada por todos os acionistas e demais presentes. Batatais/SP 30/11/18. **Acionistas:** Campagnola Participações e Empreendimentos S.A., Equil Participações e Empreendimentos S.A. Mesa: **Bernardo Biagi** - Presidente; **Lourenço Biagi** - Secretário. JUCESP nº 582.281/18-0 em 14/12/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

000075

TERMO DE ENCERRAMENTO
ESTE VOLUME SE ENCERRA NA PÁGINA 76 DE 76
